



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LÍVIA DOS ANJOS GOVEIA SILVA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIÃO:
uma análise de suas interrelações a partir do bolsonarismo

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2025

LÍVIA DOS ANJOS GOVEIA SILVA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIÃO

uma análise das interrelações a partir do bolsonarismo.

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Profa. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Livia dos Anjos Goveia

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIÃO: uma análise das interrelações a partir do bolsonarismo – Livia dos Anjos Goveia Silva – São Cristóvão, 2025.

Total de folhas: 68 páginas.

Orientador(a): Profa. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Monografia – Universidade Federal de Sergipe – Serviço Social, São Cristóvão, 2025.

Palavras-chave: 1. Religião 2. Patriarcado 3. Violência Doméstica 4. Comunicação
Midiática

Universidade Federal de Sergipe – Serviço Social, São Cristóvão, 2025.

LÍVIA DOS ANJOS GOVEIA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso/TCC a ser apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe/UFS, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social sob orientação da Profa. A Dra. Nelmiros Ferreira da Silva.

Data de Aprovação: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Nelmiros Ferreira da Silva (Orientadora/presidente da banca) Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Me. Juliane dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Fábio dos Santos Barbosa (Examinador Interno/UFS)

AGRADECIMENTOS

Bom, para mim não é tão fácil agradecer pela finalização deste trabalho de conclusão de curso, tendo em vista a solidão em que me vi enquanto estava o fazendo. Trancada em meu quarto, foram dias, semanas, meses de total dedicação para ter o resultado obtido. E, apesar da minha humilde escrita, sinto-me satisfeita com o resultado final.

A pedidos da banca, agora sinto-me na obrigação de fazer esses agradecimentos e após algumas reflexões, percebo que preciso sim agradecer a Deus antes de qualquer coisa ou pessoa, pois, apesar da minha criticidade religiosa, sou cristã e por várias vezes pedi sabedoria e discernimento para conseguir escrever sobre um assunto tão delicado sem ferir ou ofender a fé religiosa das pessoas.

Em segundo lugar, agradecer as minhas filhas Ártemis Luisa, Chayene e Regina que seguraram a barra pra mim, que ficavam do outro lado da parede me dando todo o suporte enquanto eu estava ausente de minhas tarefas domésticas e maternais. Por elas entenderem a importância de tudo isso para mim e me apoiarem, não somente no período de produção do TCC, mas também durante esses quase cinco anos de faculdade.

À minha família, creio que um pedido de desculpas pelas ausências em vários momentos que coloquei a minha formação em primeiro lugar, mas tenho plena convicção de que eles sabem e entendem a minha escolha. E as minhas amigas que me aturaram por meses falando somente de TCC, rrsrsrs.

Por fim, quero agradecer a mim mesma pela minha resiliência, disciplina, pelo foco, por não ter desistido em meio a vários momentos de desespero, cansaço físico e mental. Pelas dificuldades que encontrei no meio acadêmico após ter cursado o Ensino Médio 22 anos antes, onde o sistema educacional vigente era muito diferente do atual. Por muitas vezes me senti fora do tempo e espaço e que eu nem deveria estar ali, mas fui firme no meu propósito, em realizar um sonho de infância, que era estudar na federal. Além disso, queria dar esse orgulho ao meu pai (*in memoriam*), que investiu tudo que podia em mim e sempre acreditou que eu iria longe.

No mais, agradecer de coração a minha orientadora, a Professora Dr^a Nelmires Ferreira da Silva, que é uma inspiração para mim, pelo apoio, pelos ensinamentos, por toda a ajuda no meu trabalho, até pelos puxões de orelha. Ela foi fundamental na produção e execução do TCC, pois acreditou desde o início que daria certo e se empenhou junto comigo na realização desse projeto. Obrigada professora Nelmires, por tudo!

Enfim... Gratidão!

A persistência é o caminho do êxito.
Charles Chaplin.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso TCC/UFS traz como tema de investigação, **Violência Doméstica e Religião: uma análise de suas interrelações a partir do bolsonarismo**. Nessa direção, objetiva analisar a relação antagônica da pregação da fé *versus* a retórica que fortalece a cultura da violência contra a mulher e desigualdade de gênero através de canais institucionalizados via aparelhos ideológicos, a partir do governo Bolsonaro. Para tanto, foram realizados levantamentos de referências bibliográficas, documentos digitais e vídeos com teor confessional nas plataformas *Youtube* e *TikTok*. Entre os resultados encontrados destacamos a produção e reprodução da violência intrafamiliar contra as mulheres, mediante as interrelações com as pregações religiosas cristãs que fortalecem a naturalização das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Religião; Patriarcado; Violência Doméstica; Comunicação Midiática.

ABSTRACT

The present Final Paper TCC/UFS has as its research theme, Domestic Violence and Religion: an analysis of its interrelations from Bolsonarism. In this sense, it aims to analyze the antagonistic relationship between the preaching of faith versus the rhetoric that strengthens the culture of violence against women and gender inequality through institutionalized channels via ideological apparatuses, from the Bolsonaro government. To this end, surveys of bibliographic references, digital documents and videos with confessional content were carried out on the *Youtube* and *TikTok* platforms. Among the results found, we highlight the production and reproduction of intrafamily violence against women, through the interrelations with Christian religious preachings that strengthen the naturalization of gender inequalities.

Keywords: Religion, Patriarchy, Domestic Violence. Media Communication.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-------|
| Figura 1 - Segurança em números (2024) | 55 |
| Figuras 2 e 3 – A Percepção da violência de acordo com a região e religião/crença.. | 56/57 |
| Figura 4 - Onde a mulher é mais desrespeitada (Índice de Violência Familiar) | 58 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - A reprodução da violência a partir de pregações religiosas em canais do <i>youtube</i> | 50 |
| Quadro 2 - Vídeos Cristãos: como uma mulher deve se comportar para conquistar um marido | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| A.C. | Antes de Cristo |
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| AIE | Aparelho Ideológico do Estado |
| ARE | Aparelho Repressivo do Estado |
| CIOSP | Centro Integrado de Operações em Segurança Pública |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FBSP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| LGBTQIAPN+ | Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Trans, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Panssexual e Não-Binária |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PL | Partido Liberal |
| PMSE | Polícia Militar do Estado de Sergipe |
| PPC | Projeto Pedagógico do Curso |
| REASE | Revista Ibero- Americana de Humanidades Ciências e Educação |
| SIGAA | Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas |
| SPC | Sistema de Produção Capitalista |
| STF | Superior Tribunal Federal |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| USP (NEV-USP) | Universidade de São Paulo/ Núcleo de Estudos da Violência |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE BURGUESA: violência, patriarcado e religião.. | 19 |
| 2.1 As expressões da questão social e as relações sociais na sociabilidade capitalista | 19 |
| 2.2 Patriarcado e religião: perpetuação da violência contra a mulher | 23 |
| 3. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: as lutas feministas para enfrentamento ao patriarcado e ao modelo de família burguês..... | 30 |
| 3.1 A condição imposta à mulher sob a tutela do patriarcado e dos valores morais cristãos nas raízes do Brasil | 30 |
| 3.2 Estado, lutas de classes e lutas feministas no movimento atual do Brasil..... | 34 |
| 4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIÃO: uma análise das interrelações a partir do cenário midiático | 41 |
| 4.1 Os aparelhos midiáticos de canais religiosos e as retóricas de violência de gênero em cultos e pregações de padres e pastores | 41 |
| 4.2 Aspectos do machismo e o patriarcado presentes nas redes que endossam a violência doméstica..... | 51 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| 6. REFERÊNCIAS | 65 |

INTRODUÇÃO

Inicialmente, gostaria de explicar as inquietações que me motivaram a pesquisar e escrever sobre um tema tão conflitivo e polêmico. Crescer em um lar violento consagrado pelo matrimônio e ouvir o orgulho de uma mulher, que apesar das agressões e humilhações sofridas, sentia-se privilegiada por ter se casado de véu e grinalda e superior às outras mulheres que não tiveram essa “sorte”.

Presenciar momentos em que o provedor da casa usava frases como: “VOCÊ TEM QUE VIVER DEBAIXO DOS MEUS PÉS”. Essa frase ecoou dentro de mim durante anos, em toda minha existência me fazendo refletir que vida miserável uma mulher precisa passar para sobreviver, principalmente, quando se é preta, sendo esta minha mãe.

Crescer em uma família extremamente católica que prepara a mulher para o casamento, como você deve ser, o que não pode falar, como deve se comportar e quando esse momento chega, após sofrer vários abusos, ainda que não sejam físicos, perceber que sua postura de mulher bela, recatada e do lar serve apenas para demonstração de que conseguiu formar e manter uma família, visto que “a mulher sábia edifica sua casa” (Provérbios 14:1) e que você cumpriu com seu papel perante a sociedade.

No momento que o laço é rompido e você se vê livre, diante de uma viuvez precoce, passa a entender as motivações que levam uma mulher a sujeitar-se a diversas situações de desrespeito, humilhações e violências. A sociedade conservadora não tolera uma mulher solteira, nos tornamos uma ameaça às famílias, principalmente em comunidades pequenas, onde espaços nos são negados, portas se fecham em determinados ambientes, a hostilidade com a qual somos tratadas por outras mulheres casadas, os rótulos, os julgamentos. Deveras, o homem ainda é um passaporte para a mulher que deseja ser aceita, a tal sensação de pertencimento a algo ou a alguém.

Conhecer histórias de mulheres incríveis que por conta desse formato de sociedade, precisa manter seus papéis, ouvi-las se questionando sobre o que vão fazer separadas depois de alguns anos de casamento. Elas não se sentem encorajadas a viverem suas vidas porque esses relacionamentos já lhes roubaram toda a juventude, a autoestima, a vontade de revolucionar, ouvir frases como: “RUIM COM ELE, PIOR SEM ELE”, passa a ser comum. E ali mesmo ficam, morrem em vida, sem nenhuma perspectiva de mudança, só aceitam e se conformam com seus destinos, suas cruces que, segundo o cristianismo, todos temos uma a carregar pois,

dessa forma Deus a recompensará. “Aquele que quiser me seguir, deve pôr de lado seus próprios desejos e carregar sua cruz cada dia, e me acompanhar” (Lucas, 9:23).

Enfim, todas essas experiências vividas ao longo da minha jornada (que explicam os traumas e a minha personalidade) sempre foram motivo de minhas inquietações e reflexões enquanto mulher, filha, mãe e esposa que fui. O sonho da vida acadêmica adiado pelas mesmas questões, o casamento, a vida familiar, serviram como combustível para internalizar toda a minha indignação, pois muitas vezes não é escolha própria, mas você é induzida desde pequena a trilhar este caminho.

A contento, apresento-lhes meu Trabalho de Conclusão de Curso trazendo este tema tão relevante e atual diante do cenário político que estamos vivendo, onde presenciamos uma onda ultraconservadora se instaurando no ocidente e ameaçando de forma contundente a liberdade de gênero, o feminismo e o movimento feminista, abarcados num sincretismo religioso excludente.

O trabalho intitulado: *Violência Doméstica e Religião: uma análise de suas interrelações a partir do bolsonarismo*, utiliza a comunicação midiática como meio de demonstração mais comum e recente diante à era digital que vivenciamos e que se torna acessível a todos como meio de manipulação e controle de massa. Além disso, traz uma linguagem marxista, visto que a linha de pesquisa se baseia no materialismo histórico-dialético, entendendo as mudanças e transformações sofridas na metamorfose da sociedade.

Karl Marx foi categórico ao afirmar que “[...] a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (1985, p. 286). Nesse sentido, infere-se que nas sociedades regidas pelo capital a lógica é favorecer a sua própria expansão e o acúmulo exponencial de riquezas. Outrossim, na dinâmica da sociedade capitalista as expressões da violência configuram-se no cotidiano das relações de produção e reprodução das desigualdades sociais e sob as práticas opressoras de classes, gênero e etnia (Almeida; 2020; Martins, 2021). Essa dinâmica ganha particularidades dentro da realidade sócio-histórica do Brasil, na qual conforma na atualidade elevados índices de violência doméstica contra a mulher, tendencialmente crescentes.

Importa assinalar que, somente mais de trezentos anos após a chegada dos portugueses ao Brasil (em 1827) as meninas puderam frequentar escolas (Art.21, da Lei Geral, de 15/10/1827) e a faculdade no ano 1879, ainda assim, apenas o genitor ou o marido poderia fazer a matrícula (Decreto Lei nº 7.247). A Lei do Femicídio, que tipifica o assassinato de mulheres em decorrência de violência doméstica ou discriminação de gênero em crime hediondo, foi aprovada em 2015, segundo a Lei nº 13.112/2015 e somente em março de 2021 o Supremo

Tribunal Federal (STF) tornou inconstitucional a tese por legítima defesa da honra, que reforçava e normalizava a violência contra a mulher em prol da honra masculina.

Ainda que na prática reverbere o senso comum, julgador e condenatório sobre a conduta da mulher desde situações corriqueiras até processos judiciais, vimos que ao longo da história as leis vão se atualizando às custas de muitas lutas e muito sangue de mulheres exploradas, violentadas e mortas. Em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha (Lei nº 13.340/2006)¹, que visa proteger as mulheres contra as violências física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, oferecendo suporte do Estado, antes omissa a essa questão e apoio psicossocial. Entretanto, não o está impedindo de acontecer, visto que os crimes contra a mulher no Brasil vêm aumentando anualmente — principalmente a partir de 2018 no então início de um governo de extrema direita, fascista e claramente misógino. “Há uma onda de movimentos e governos de extrema direita em diversas regiões do mundo” que tem contribuído para o acirramento dos índices de violência na sociedade nos marcos do século XX e XXI (Boito, Jr.; 2021).

Nessa conjuntura, podemos destacar que, apesar dos importantes avanços nos marcos legais, desde a Constituição Federal de 1988, a mais de três décadas, a proposta de universalização da proteção social e ampliação de direitos sociais vem sofrendo retrocessos. Nesse sentido, o alcance da proteção social de mulheres vítimas de violência doméstica tem sido alvo direto dos impactos da precarização das políticas públicas à luz da agenda do Estado ultra (neoliberal), mediante os (sub) desfinanciamentos das políticas favoráveis retraindo a eficiência da rede de proteção às vítimas de violência no Brasil.

Na década atual, foi pública e notória a movimentação política do partido da situação da extrema direita, o Partido Liberal (PL) — que tinha como *slogan* “Deus, Pátria, Família”, tendo como principal representante o então deputado Jair Messias Bolsonaro — e “seguidores/as” pregam a conduta da boa moral e dos bons costumes em nome do divino, com forte discurso machista, misógino e sexista. Tornou-se um evento midiático de dimensões internacionais em torno de alguns líderes políticos mundiais usando a moral e a conduta religiosa como critério de caráter e moralidade.

Vale ressaltar, conforme Lewy (2020), que essa onda conservadora vem se fortalecendo no mundo inteiro e traz influências que retroalimentam a cultura neoconservadora das relações sociais. Entre as influências podemos destacar a Norte Americana, como a do movimento *Red*

¹A Lei no. 11.340/2006, denominada "Lei Maria da Penha", buscando cumprir recomendações internacionais, foi editada com o propósito de dar resposta eficiente do Estado contra a violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, sob a perspectiva de gênero, e, a fim de propiciar solução para o grave problema, a legislação específica trouxe diversas mudanças em normas materiais e processuais, e microssistema preventivo e garantidor que objetiva afirmar o respeito à igualdade e à dignidade da mulher (Cartilha sobre a Lei Maria da Penha, 2-14).

*Pill*², formado por grupos de jovens que incitam a violência de gênero e a misoginia na *internet*. Esse movimento passou a intervir de forma negativa na independência e liberdade de expressão conquistadas pelas mulheres, que sentem um retrocesso de hábitos e costumes socioculturais que as obrigam a recuar por medo dos ataques, preconceitos, agressões e julgamentos da sociedade conservadora.

Considerando-se que os movimentos feministas e de mulheres rasgaram o véu da sacralidade do lar e familiar, rompendo com o silêncio que as mantinham inseridas nesse contexto de sociabilidade tornando o movimento além de pessoal, político, deflagraram que “[...] quem ama, não mata” (Medeiros, 2011). Esse movimento entre violência naturalizada no cotidiano sob a perspectiva do poder religioso conservador instituído configura o **objeto da pesquisa**.

A relação tensionada do antagonismo violência contra mulher no espaço doméstico sob as influências da religião provoca a seguintes **questões norteadoras**: a figura da boazinha, recatada e fiel ao opressor em nome da fé, conforma aspectos ideoculturais da religião enquanto aparelho ideológico, reproduzidor da cultura da violência, base estruturante do capital? Os aparelhos midiáticos de canais religiosos explicitam retóricas de violência de gênero em cultos e pregações de líderes religiosos, padres e pastores? O machismo e o patriarcado presentes nas redes sociais de cunho religiosos sinalizam aspectos que endossam a violência doméstica?

A partir dessa **contextualização e problematização** do tema de pesquisa, lançou-se como **hipótese diretriz**: enquanto aparelho ideológico do Estado capitalista, a religião conforma-se como uma instituição reprodutora das relações que contribuem para estruturar a sociabilidade do patriarcado, das desigualdades de gênero. Nesse sentido, este estudo tem como **objetivo geral** investigar a relação antagônica entre pregação da fé versus a retórica que fortalece a cultura da violência contra mulher e desigualdade de gênero. Entre os **objetivos específicos**, elencamos:

- ✓ Identificar aspectos do machismo e do patriarcado presentes nas religiões cristãs que endossam a violência doméstica;
- ✓ Verificar os tipos de violência doméstica sofridas pela mulher e que são naturalizados e reproduzidos através de pregações religiosas católicas e evangélicas em redes sociais como *Youtube* e *TikTok*;

² Movimento *Red Pill*, criado pelo ativista da extrema direita americana Theodore Beale, em 2010. É um movimento de homens influenciadores digitais que defendem uma dominação masculina.

- ✓ Mapear aparelhos midiáticos de canais religiosos cristãos que explicitam retóricas de violência de gênero em cultos e pregações de padres e pastores(as) católicos e evangélicos(as) protestantes, respectivamente.

Nessa direção, a **abordagem teórico-metodológica** adotada em processo de execução da pesquisa demanda do/a pesquisador/a rigor científico desde as fases iniciais até a fase final. No campo das Ciências Sociais, dadas as formas como se apresentam os seus objetos de estudos — por vezes mascarados pelos processos inerentes às relações sociais, sob a lógica do conservadorismo burguês —, demandam método, metodologia e técnicas capazes de lapidá-los para apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade sua face real, com fundamento em análises coerentes. Outrossim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sistematiza uma **pesquisa exploratória e analítica** que aborda duas variáveis polêmicas, a Violência Doméstica e a Religião, adotando como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, tendo em vista que há a interpretação da realidade e suas transformações sócio-históricas.

É importante situar que a necessidade da pesquisa está pautada tanto na escassez de estudos acerca do problema, quanto no fato deste ainda não ter respostas suficientes para suas formas de apresentação no cotidiano dos sujeitos; nesse sentido, Minayo *et al.* (2009, p. 16) entendem que a pesquisa é

[...] a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (Minayo *et al.*, 2009, p. 16)

Em face do rigor demandado pela pesquisa, adotamos a teoria social crítica, a qual é capaz de viabilizar, à luz do marxismo, as análises necessárias dos processos que envolvem o objeto na sua forma mais real possível e que não deve, em hipótese alguma, sofrer influências dos desejos e aspirações do/a pesquisador/a, trata-se na verdade de captar o movimento real do objeto. Assim, no tocante à teoria crítica, Netto (2011, p. 20-21) situa que “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”.

Para tanto, seguimos as **etapas metodológicas** perpassando: **Etapa I:** o estudo foi realizado a partir de revisão bibliográfica de trabalhos científicos e literatura publicada a

respeito do tema e suas variáveis, leitura de artigos e pesquisas científicas de plataformas de textos acadêmicos datados dos últimos cinco anos (2018-2023), como *SciELO* e *Google Acadêmico*; dados de *sites* e órgãos como Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Vídeos das plataformas *Youtube* e *TikTok* de teor religioso, Instituições de Segurança Pública e Religiosas, que tratam de conteúdos/questões relacionadas à violência contra a mulher, no tocante à prática de religião sob o prisma (neo)conservador. Na **Etapa II**, mapeamos como aparelhos midiáticos de canais religiosos de matrizes cristãs, explicitam retóricas de violência de gênero em cultos e pregações de padres e pastores. Na **Etapa III**, identificamos aspectos do machismo e do patriarcado presentes na religião cristã e que endossam a violência doméstica, a partir da verificação dos tipos de violência doméstica sofridos pela mulher conforme as retóricas produzidas em pregações públicas nas redes sociais citadas acima.

Por fim **Etapa IV**, analisamos as informações e os dados obtidos apresentando os resultados das questões expostas no processo de contextualização/problematização. Para fins de organização este Trabalho de Conclusão de Curso/TCC estrutura-se da seguinte forma: **Introdução**, onde contextualizamos e problematizamos o tema, donde emergiram objeto, questões de pesquisa, hipótese, objetivos e aspectos teórico-metodológico. Na sequência, apresenta **três capítulos**: o capítulo 1, “**Fundamentos Sociedade Burguesa: violência, patriarcado e religião**”, trata das expressões da questão social, do patriarcado, religião e violência contra a mulher. O capítulo 2, “**Formação Sócio-histórica do Brasil: as lutas feministas para enfrentamento do patriarcado e do modelo de família burguês**”, discute a condição imposta à mulher, sob a tutela do patriarcado, e visões morais cristãs, Estado, lutas de classes e lutas feministas no Brasil. O capítulo 3, “**Violência Doméstica e Religião: uma análise de suas interrelações no ambiente midiático**”, trata de situar as análises dadas e informações delimitadas às mulheres, a expressão da violência doméstica e a influência da religião a partir da investigação dos aparelhos midiáticos de canais religiosos de cultos e pregações de padres e pastores/as. Por fim, apresentamos as **Considerações Finais**.

Destarte, o estudo justifica-se pela necessidade de se reavaliar as possíveis causas da violência doméstica e sua relação com a religião, tendo em vista que ainda são poucos estudos relacionados a esse tema no Serviço Social. Além disso, quando os estudos focam suas investigações no tema **Violência Doméstica e Religião**, verifica-se forte tendência em abordar no viés socioeconômico, voltado para uma população específica — mulheres negras, de baixa

escolaridade, periféricas —, quando na realidade mulheres brancas, com nível de escolaridade médio ou superior e de classe média e alta, também sofrem dessa violência, certamente com suas peculiaridade de classes. A questão a problematizar é a visibilidade que se atribui ao fenômeno quando se trata de famílias com determinado *status* social, o que nos reportamos a título de exemplo, o isolamento social durante a pandemia da covid 19³. Outrossim, apresenta grande relevância para o estudo das Ciências Sociais e Aplicadas, entre elas o Serviço Social como área de produção de conhecimento científico e profissão que atua diretamente com as expressões da questão social a nível de gestão, formulando, operacionalizando e executando as políticas públicas e sociais no acesso aos projetos, programas, serviços e benefícios. Além disso, estabelece diálogo para o processo de conscientização que perpassa as relações sociais de raça, gênero e etnia, com destaque às expressões da questão social e da política de proteção social às mulheres, as quais muitas vezes buscam refúgio e acabam sendo reprimidas por um sistema patriarcal fundamentado em bases de religião conservadora.

Do exposto, esperamos que este Trabalho de Conclusão de Curso possa ser mais uma importante contribuição para a graduação em Serviço Social e outras áreas do conhecimento, tendo em vista retroalimentar as discussões na sociedade brasileira, reafirmando o papel da universidade pública em sua responsabilidade e compromisso social com a pesquisa e produção do conhecimento crítico. Entre outras expectativas, acreditamos que os resultados obtidos poderão estimular novos estudos no território das lutas de mulheres em defesa do modo de vida resistente ao modelo hegemônico pelo capital: classista, patriarcal, machista e racista.

³A violência contra a mulher no período anterior à pandemia já se apresentava como um problema social no Brasil e no mundo. Porém, agravou-se ainda mais com o confinamento obrigatório, imposto pela pandemia de covid-19. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (**MMFDH**), em parceria com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), declarou que nos meses de fevereiro, março e abril de 2020 o número de denúncias de violência doméstica teve um aumento de 14,12% em comparação com o mesmo período de 2019.

2. FUNDAMENTOS SOCIEDADE BURGUESA: violência, patriarcado e religião

O burguês vê em sua mulher um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e naturalmente, não podem chegar a outra conclusão a não ser que a sorte de ser comum a todos também cairá para as mulheres (Marx, O Capital, 1903).

Neste capítulo abordaremos os fundamentos da sociedade burguesa, bem como as expressões da questão social nela presentes, enfatizando a violência de gênero e o patriarcado como formas de manutenção das relações sociais e de classes. Discutiremos a religião como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) para naturalizar e perpetuar, de certa forma, as situações de exploração socioeconômica e as desigualdades sociais que a acumulação primitiva do capital promoveu, desde a sociedade pregressa até os dias atuais.

Dentre as consequências da desigualdade social, podemos citar o aumento dos índices de violência e criminalidade, desigualdades de gênero e exclusão social, entre tantos outros (Côrtes, 2012). Essas e outras expressões da questão social são consequências das relações sociais engendradas sob o modo de produção capitalista. O patriarcado e a religião, como sistemas ideológicos que antecedem o sistema capitalista, servem de base para sua manutenção, instituindo padrões de regras e moralidade dentro da sociabilidade burguesa dominante.

2.1 As expressões da questão social e as relações sociais na sociabilidade capitalista

De acordo com Karl Marx (1985), o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais, que, engendram relações sociais determinadas, nas quais os indivíduos são submetidos a processos desiguais necessários à reprodução de sua vida. Para Netto,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”, diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital; sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (Netto, 2001, p. 45).

As relações produtivas do sistema capitalista de produção baseavam-se na lei da acumulação primitiva de capital e na lei da oferta e demanda, ou seja, à medida que a classe burguesa acumulava bens e serviços e detinha os meios de produção, a classe trabalhadora crescia quantitativamente e com ela também crescia o desemprego. Logo, a *mais valia* se torna o principal meio de contratação da classe proletária, tendo como base em suas relações a

exploração, a opressão e a remoção de direitos aplicadas pela classe burguesa. “A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital” (Marx, 1985, p. 209).

Segundo Josi, “[...] os elementos da crítica da economia política marxiana” têm seu núcleo na “lei geral da acumulação capitalista”. Isso significa dizer que a gênese da “Questão Social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital (Santos, 2012, p. 36). Otávio Ianni explica que “O crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital”. Ou seja, “Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista” (Marx, 1985, p. 209).

Com esse novo modelo econômico e político vigente do capitalismo, o processo de industrialização que se iniciava na Europa, aliado ao patriarcado, tornou-se campo fértil para o aumento da *pauperização* geral da população e a divisão de classes necessária ao capitalismo — de um lado a burguesia, de outro a classe trabalhadora. Atreladas a esta desigualdade social, manifestaram-se as várias expressões da questão social, como: a fome, o desemprego, o racismo, a exclusão social, a opressão, a criminalidade e a violência.

Como citado, “A violência é parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 1890, p. 998). A violência como uma das expressões da questão social foi base fundamental para essa transição de modelo econômico, político e social entre o feudalismo e o capitalismo no século XV, “[...] atos diretos de violência passam a constituir, em primeira instância, o pressuposto da Revolução Industrial[...]” (Marx, 1890, p. 612) Em *O capital*, Marx profere um trecho de um dos grandes escritores econômicos do século XVIII, Townsend, que diz:

A coação legal para trabalhar está acompanhada de muitos transtornos, violência e gritaria [...], ao mesmo tempo que a fome não só constitui uma pressão mais pacífica, silenciosa e incessante, como também é o motivo mais natural para a indústria e o trabalho, provocando os esforços mais intensos (Marx, 1890. p. 878).

Townsend, assim como outros escritores da época, via na pobreza a condição necessária da riqueza. Portanto, a acumulação de riqueza é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral [...] da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 1890, p. 877), Iamamoto diz que:

Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade. Vive-se a “sociedade de mercado” (Lechner, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado- este tido como eixo regulador da vida social-, invadem diferentes esferas da vida social (Iamamoto, 2001, p. 21).

Diante de grande desigualdade social e opressão, as mulheres foram as mais atingidas, principalmente, as negras (pretas e pardas), tanto no âmbito familiar, como no profissional, social e político, pois, além desse sistema social que concentra poder e autoridade nas mãos dos homens, tinham que conviver com o machismo associado ao patriarcado e ainda o racismo.

A violência nesses espaços e relações era, e continua sendo totalmente naturalizada pois, já havia o legado da era dos reis e monarcas das primeiras grandes civilizações que adentraram a fase mercantilista no capitalismo, onde os burgueses e os primeiros industrialistas, na pessoa do “patrão”, tornaram-se “donos” dos meios de produção e, conseqüentemente, dos/as trabalhadores/as que ali estavam para vender sua força de trabalho. Esse tipo de relação se reproduz na sociabilidade capitalista burguesa através do patriarcado, que — apesar de ser um sistema social arcaico, que existiu entre os anos de 800a.c. e 500 a.c. — foi ferramenta de grande valia para definir papéis no sistema financeiro e político que surgia nos prenúncios da ordem capitalista. Afinal de contas, sem patriarcado não existe capitalismo.

Essa fase ocorreu desde o início da dinâmica da propriedade privada, na passagem do feudalismo para o capitalismo, no século XV, onde a desapropriação de terras dos/as camponeses/as para a criação das primeiras indústrias fabris, o assalariamento da mão de obra (*mais valia*), a *pauperização* e a inovação tecnológica alavancaram o processo produtivo. Outro fato relevante para o decorrer da história foi a transferência do direito materno para o paterno, pois desse modo as famílias monogâmicas, através do casamento, garantiam a acumulação da riqueza privada que surgia, por gerações, fortalecendo a divisão de classes, necessária para a manutenção do capitalismo emergente e **“seria o núcleo em torno do qual a sociedade e o Estado pouco a pouco se cristalizaram”** (Engels, 2017, p. 131).

A divisão de classes é um ponto crucial no sistema capitalista, pois através dela cria-se uma relação de poder e dependência da classe pobre com a classe dominante. Essa subalternidade é fundamental na sociabilidade capitalista, ela fundamenta as relações, não somente do capital *versus* trabalho, mas também as políticas, econômicas e sociais como um todo. Segundo Yazbek (2001), a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. Logo,

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradas

da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade (Yazbek, 2001, p. 34).

Essas relações desiguais de poder são típicas da sociabilidade capitalista, tanto nas relações de trabalho, como nas relações sociais e familiares. Essa sociabilidade acontece de forma vertical, onde a imposição, a subjugação e a opressão são exercidas por uma classe dominante representada na posição do chefe, dono dos meios de produção ou chefe da família, sendo este “[...] o primeiro efeito do domínio exclusivo dos homens, desde o momento em que foi instituído” (Engels, 2017, p.79).

Fator importante na adaptação dessa nova sociedade foi a instituição da monogamia através do matrimônio. Ela marca o triunfo da propriedade privada, com os casamentos de conveniência, feitos para garantir o domínio do homem na família e a procriação de seus herdeiros. “Ela surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro”,

a monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até os nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros (Engels, 1891).

“Os sustentáculos das relações desiguais de gênero ainda se encontram operantes e, até mesmo fortalecidos, devido ao reforço do sistema econômico vigente, o capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal que reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres” (Silveira; Costa, 2004). Trazendo para a realidade brasileira, todos esses elementos das expressões da questão social, que são universalizados, porém em nosso país adensados pela questão étnico-racial como ponto principal das desigualdades de gênero e social, mediante o sistema colonial e escravocrata que aqui se implantou e se perpetua até os dias atuais. Logo,

A Questão Social, portanto, expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (Ianni, 1992).

Todas essas questões singulares fazem parte de um projeto maior, composto por uma classe dominante hegemônica que detém o poder e os meios de produção e que determina as relações de sociabilidade existentes em cada época. Assim,

[...] com a ajuda de uma instituição que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação da primeira pela segunda. Essa instituição nasceu. Foi inventado o Estado (Engels, 1891).

Para tal feito, o Estado detinha vários aparelhos de manipulação e controle social — a lei e a justiça, por exemplo —, mas também formas mais veladas de controle, sem que fosse necessário utilizar a força e a repressão para mediar os conflitos de classe que surgiam diante de tanta desigualdade e injustiça. Fatos que também provocaram a motivação das lutas políticas para enfrentar a ordem dominante do capital que, conforme Karl Marx, seria a parteira da violência. Logo, o patriarcado e a religião configuram-se como importantes canais de reprodução ideológica da sociabilidade burguesa em seu processo de consolidação, conforme trataremos na seção a seguir.

2.2 Patriarcado e religião enquanto aparelho ideológico: perpetuação da violência contra a mulher

Segundo Friedrich Engels, em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), a mulher passa a ser sujeito inferior ao homem após a divisão de classes e a criação da propriedade privada. Para o autor, é nesse momento de acumulação de riquezas de um pequeno grupo dominante e de formação desigual da sociedade de classes que entram a subalternização da mulher perante o homem, através da divisão sexual do trabalho, e os modos de produção. Engels (1884) explica que, ao longo de muitos anos, com o processo de transformação dos modos de produção, a mulher foi cada vez mais ocupando o lugar doméstico e a função reprodutiva, além do trabalho laboral. Já o homem, tornava-se o “chefe da família”, o provedor — portanto o detentor do poder, dono das suas propriedades e da sua companheira, passando a conviver numa relação monogâmica para garantir a sua linhagem e a reprodução da sua riqueza entre seus filhos naturais (direito paterno). Na obra *O Manifesto do Partido Comunista*, publicada em 1848, Karl Marx sustenta a ideia de que a opressão da mulher é feita pelas classes dominantes:

O burguês vê na esposa um simples instrumento de produção. Escuta dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e, evidentemente, não se pode chegar à outra conclusão senão a de que acontecerá o mesmo com as mulheres. Ele nem sequer suspeita que a verdadeira questão é abolir o status das mulheres como meros instrumentos de produção (Sguazzabia *apud* Marx, 2021)

Essa fase histórica do surgimento da propriedade privada marca o início de uma estrutura social patriarcal monogâmica, que reproduz essa relação de poder da subordinação da mulher ao homem além do âmbito familiar, nas relações sociais, políticas e econômicas, levando para fora do contexto doméstico essa subjugação ao universo masculino. Porém, a opressão feminina não está ligada apenas a um modo de produção econômico, ela já existia através do patriarcado, que, embora seja ferramenta importante do capitalismo, antecede esse sistema. De acordo com Friedrich Engels, o estudo da família data de 1861, com o aparecimento do livro *Direito Materno* de Bachofen⁴. Nele constam vários estudos que afirmam a promiscuidade vivenciada pelos homens, conseqüentemente, ficava impossível estabelecer qualquer possibilidade, com segurança da paternidade. Por conseguinte, as mulheres como mães e únicos genitores, gozavam de elevado grau de apreço e consideração, chegando, segundo Bachofen, ao domínio feminino absoluto (ginecocracia). Logo,

[...] a passagem do "heterismo" para a monogamia e do direito materno para o paterno se processa, segundo ele, particularmente entre os gregos, em consequência de um ulterior desenvolvimento das concepções religiosas, da introdução de novas divindades que representavam ideias novas no mundo dos deuses tradicionais, representantes das ideias antigas. [...] Dessa maneira, não foi o desenvolvimento das condições reais de vida dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições na cabeça deles que, segundo Bachofen, determinou as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher (Engels, 1891, p. 15).

Ainda de acordo com a obra de Friedrich Engels, os primeiros relatos de família patriarcal estão presentes nos cinco livros de Moisés, a Torá, que depois viria a se tornar as Escrituras Sagradas, a Bíblia. O patriarcado é descrito com riqueza de detalhes e é muito parecido com o modelo de família patriarcal burguesa que se tem hoje (Engels, 1891, p. 6). Outrossim, indagamos: *como podemos afirmar que a religião contribui para a perpetuação da violência contra a mulher?*

No dicionário, a palavra "patriarca" significa chefe ou pai de família, pessoa mais velha que se respeita, obedece e venera. Segundo o *Wikipédia*, é uma palavra grega e originalmente religiosa para designar os patriarcas da Bíblia como Abraão, Isaac e Jacó, mas atualmente tem um significado eclesiástico para designar os altos bispos da Igreja Católica Ortodoxa. Em torno de 1800 a.C., o judaísmo é por excelência a religião dos patriarcas (Lins, 2007). Na Grécia, o

⁴O documento discute o conceito de "direito materno" (Mutterrecht), uma estrutura familiar antiga onde os direitos e status das crianças eram determinados pela linhagem materna em vez da paterna. 2) O autor usa como exemplo os costumes do povo lício, onde as crianças recebiam o nome da mãe, não do pai, e herdaram posses apenas pelas filhas. 3) O objetivo do autor é estabelecer os princípios fundamentais desta era chamada de "ginecocracia".

patriarcado passa a ser instituído dentro das relações familiares. “O patriarcado é um sistema que precede o capitalismo”, refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina (Saffioti, 2004, p. 152)”.

Por meio da religião, principalmente quando se trata das religiões cristãs e monoteístas, o patriarcado coloca a mulher numa posição abaixo da figura masculina, conferindo ao homem posição de poder em relação a sua esposa, e a esta posição de total submissão, bem representada pela passagem em Efésios 5:22-24, que diz: “A esposa esteja sujeita ao marido, como ao Senhor, porque o marido é cabeça da esposa, assim como o Cristo é cabeça da congregação e salvador desse corpo. De fato, assim como a congregação está sujeita ao Cristo, a esposa também deve estar sujeita ao marido”.

Além do mais, é dada a ela a posição de “salvadora” da sua família, trazendo a luz e a paz para o lar, sendo mediadora de conflitos e sujeitando-se a várias situações, entre brigas, humilhações e até mesmo a violência, para manter a paz no lar.

Nas religiões de base fundamentalistas, o lema era “seja dócil, não importa o que aconteça”. Na cristã (católicas e evangélicas), “a mulher sábia edifica sua casa”(Provérbios 14:1). A Bíblia está recheada de textos que, a depender de sua interpretação, subjagam as mulheres ao bel prazer dos homens, sem que eles se sintam mal por isso.

Essa visão sobre a mulher vem se reproduzindo ao longo dos anos e acaba, por muitas vezes, justificando o **machismo estrutural** que a diminui e a torna culpada pelos maus tratos sofridos e pelo desrespeito da sociedade conservadora. Ainda segundo Engels (2017, p. 15,16), não foi o desenvolvimento das condições reais de vida dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições na cabeça deles que, segundo Bachofen, determinou as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher.

Através da religião, a mantenedora da ordem e do poder das primeiras civilizações, o patriarcado é validado e naturalmente praticado nas primeiras comunidades como sistema de sociabilidade normal para aquela época, onde todo o poder se concentrava nas mãos dos reis e profetas. O clero comandava as relações econômicas no lugar do Estado, e mesmo depois da laicização deste, a religião já deixou seu legado, suas tradições e costumes, arraigados na sociedade e vão se reproduzindo século após século. Daí reverberam os conceitos religiosos que conduzem a vida de milhares de mulheres oprimidas e violentadas, que observam na religião um refúgio para suas dores e decepções e a crença de que, através da fé, tudo passará e Deus mudará a realidade em que vivem. Assim,

[...] a derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução[...] O primeiro efeito do domínio exclusivo dos homens, desde o momento em que foi instituído, pode ser observado na forma intermediária da família patriarcal, que então surgia (Engels, 1891, p. 78-79).

A desigualdade de gênero, assim como todas as expressões da questão social, é “maximizada” no novo modo de produção capitalista burguês, quando da origem da propriedade privada, onde a burguesia adota o sistema de patriarcado, no qual impera a lei do mais forte, na figura do homem, e a violência é justificada como meio de obtenção de poder, respeito e acúmulo de riquezas. Essa posição de poder masculino é histórica, muito funcional em vários espaços da sociedade — a família, a educação, a política, a religião — e culturalmente imposta como natural, fortalecendo uma estrutura patriarcal e violenta, visto que o homem se utiliza desse privilégio cultural e historicamente concedido para oprimir e subordinar a mulher, ferindo não somente sua dignidade, mas principalmente sua saúde mental, física e patrimonial, até mesmo ceifando-lhe a vida.

Essa fase histórica do surgimento da propriedade privada marca o início de uma estrutura social patriarcal monogâmica (para as mulheres), que reproduz essa relação de poder da subordinação da mulher ao homem, além do âmbito familiar, nas relações sociais, políticas e econômicas, levando para fora do contexto doméstico a subjugação ao universo masculino. Porém, a opressão feminina não está ligada apenas a um modo de produção econômico, mas também político, social e religioso.

A Religião, utilizada como aparelho ideológico da classe dominante burguesa e do Estado, está presente nas sociedades desde as mais primitivas até a contemporaneidade. Na formação sócio-histórica da humanidade, observa-se essa presença marcante nos líderes e reis instituídos sob a forma de deuses ou de um Deus. Na Grécia, o patriarcado passa a ser instituído dentro das relações familiares. Seja em religiões cristãs ou pagãs, seus representantes religiosos ou políticos, referem-se a si mesmos como a presença do divino na terra, obtendo o medo e/ou respeito dos seus súditos e servos. Regina Navarro Lins (2007), em seus estudos sobre a religião e a perpetuação da violência doméstica, conclui que

[...] a ideologia patriarcal dividiu a humanidade em duas metades, acarretando desastrosas consequências, pois é evidente que a maneira como as relações entre homens e mulheres se estruturam — dominação ou parceria — tem implicações decisivas para nossas vidas pessoais, para nossos papéis cotidianos e nossas opções de vida. Da mesma forma, influencia todas as nossas instituições, os valores e a direção de nossa evolução cultural, se será pacífica ou belicosa (Lins, 2007).

No Brasil, a forma de sociabilidade capitalista burguesa não foi muito diferente da europeia — o patriarcalismo presente nessa estrutura de sociedade e a forte influência religiosa, a formataram, aumentando as disparidades sociais em dez vezes, devido ao fator étnico-racial aqui presente. A expropriação das terras dos povos originários e a apropriação da população negra africana trazida para cá marcam o ponto alto da violência e do patriarcalismo do sistema capitalista, do qual essas comunidades foram vítimas e que desencadeou toda uma estrutura de sociedade violenta, preconceituosa, misógina, intolerante e machista. Segundo Brasil (2003),

A violência de gênero acontece no mundo inteiro e atinge mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Em seus aspectos de violência física, sexual, psicológica e patrimonial tem em suas raízes os elementos imbricados na dinâmica do capital que está ligado ao poder, onde de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. (Brasil, 2003)

A vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil acarretou não somente o poderio econômico europeu, mas também os costumes, as ideias e o estilo de vida monárquico. A religião europeia também precisou ser difundida para “educar” e catequizar os indígenas que residiam aqui e eram vistos como animais selvagens, por viverem livres, em contato com a natureza e completamente nus. A Igreja Católica, na pessoa dos jesuítas, foi muito bem representada nessa fase colonial. O modelo de vida que deveria ser adotado era o português, então, aos poucos, foram impondo os hábitos, as crenças e a civilidade do mundo europeu, tirando a identidade dos povos que aqui viviam, e mais tarde com os africanos, que foram trazidos como escravos para o trabalho na lavoura, sem mencionar o massacre que essa população sofreu pela sua “rebeldia”, pela sua resistência ou simplesmente pela necessidade de dominação pela força.

O período colonial e escravocrata do Brasil determinou toda a formação sócio-histórica da sociedade nacional. Uma sociedade originariamente patriarcal, que tem seus costumes baseados na influência eurocêntrica, onde existe um modelo de família ideal e as mulheres são submissas a seus maridos — elas devem saber cozinhar, costurar, cuidar da casa e dos filhos. Recatadas, dóceis e de poucas falas, essas eram as mulheres da realeza, as quais as mulheres dos comerciantes burgueses tentavam imitar e que se tornaram modelo de mulher “perfeita para casar”. Quando se diz que é natural que a mulher ocupe o espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se naturalizando um resultado da história (Saffioti, 1987, p. 11).

O movimento feminista, entre as décadas de 1970 e 1980, iniciou um processo de desconstrução desses estereótipos, visto que diversas características aplicadas ao masculino e

ao feminino não dizem respeito somente ao gênero, mas também pela questão da classe social, educação, cultura e a personalidade de cada um.

Apesar da relativa liberdade conquistada através do movimento feminista, as raízes da nossa sociedade permanecem fincadas na cultura machista e patriarcal, onde a figura masculina ainda é dominante e permanece como símbolo de força, capacidade, controle e poder. Mediante o exposto, essa cultura tem sido reforçada, principalmente após o avanço dos movimentos da extrema direita mundial⁵. Os conservadores se enojam com a liberdade de gênero conquistada por homens e mulheres e colocam em questão o princípio da família, da moralidade e de Deus como base de uma sociedade perfeita.

No Brasil, desde o início do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), um discurso machista, misógino e sexista vem tentando suplantar todo o movimento feminista e da liberdade de gênero. Concomitante a isso, os índices de violência doméstica aumentaram, a taxa de feminicídio é maior do que os crimes por violência urbana e uma onda cultural de valores conservadores e arcaicos volta a ser assunto nas rodas de conversa entre amigos, familiares e casais. A mulher é novamente responsabilizada pelas agressões, pelo fim do casamento, pela criação dos filhos, culpabilizada pela sociedade e pela igreja, numa dimensão de proporções midiáticas e com o auxílio da religião presente na política representados pela bancada evangélica, que por sinal só aumenta,

pois, é notório que para além das reafirmações permitidas pela linguagem da “volta da religião” ou da “ampliação da esfera pública ou política”, o que se passa é uma definição do que seja política ou religião. De um lado, os limites do político extrapolam o estado, o que atesta a insuficiência do neutralismo e da separação entre Igreja e Estado para disciplinar a relação religiosa/política. De outro lado, há uma visível desinstitucionalização da religião, que se traduz na proliferação de igrejas, movimentos e grupos informais, que não mais se prendem aos protocolos de autorização ou sanção eclesiástica, bem como na difusão/disseminação do religioso para além das fronteiras reguladas pelas instituições religiosas (Burity, 2001, p. 34).

Diante do exposto, na atual conjuntura brasileira, esses dois elementos — política e religião —, de forma conjunta, têm papel de relevância na influência política nacional atual, balizando o modo de vida das pessoas através de textos bíblicos e fomentando o (neo)conservadorismo iminente, que reverbera nos costumes e na conduta pessoal de cada indivíduo. Trata-se de aspectos que conformam as relações sociais institucionalizadas no Brasil

⁵Segundo o wikipédia, a política de extrema direita, também referida extrema-direita ou extremismo de direita, é a política mais à direita do espectro político de esquerda-direita do que a direita padrão, particularmente em termos de ideologias e tendências ultraconservadoras, autoritárias, nacionalistas extremas, anticomunista e nativistas.

que perpassam o processo da formação sócio-histórica retroalimentando práticas e ações que definem velhos papéis na sociedade reificando as desigualdades e a subalternidade de gênero. Daí a emergência das lutas feministas no Brasil encontrar solo fértil para sua propagação, conforme discutiremos a seguir.

3. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: as lutas feministas para enfrentamento do patriarcado e ao modelo de família burguês

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante (Engels, 1989).

Neste capítulo abordaremos aspectos da formação sócio-histórica do Brasil, as raízes do patriarcado, dos valores morais cristãos e como esses elementos interferiram na formação da sociedade machista, reproduzindo-se nas relações sociais na contemporaneidade. “Segundo *site* da UOL, o Brasil é um dos países que mais mata mulheres no mundo”, Brasil é o 5º País em mortes violentas de mulheres, ao que é qualificado como feminicídio, considerado um crime hediondo, desde a entrada em vigor da Lei do Feminicídio em 2015⁶.

Nesse contexto, traremos dados oficiais de violência doméstica no Brasil e em Sergipe, as lutas feministas ao longo do tempo, seus ganhos e conquistas e os desafios que essa classe enfrenta, frente a ideologia patriarcal conservadora, sob influência da religião desde o período colonial até os dias atuais. Nesse sentido, discutiremos os aspectos históricos na realidade concreta do Brasil, as condições impostas à mulher sob a tutela do patriarcado e dos valores cristãos nas raízes brasileiras, o Estado, a luta de classes e as lutas feministas na atualidade.

3.1 A condição imposta à mulher sob a tutela do patriarcado e dos valores morais cristãos nas raízes do Brasil

Conforme publicação da *Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação* (Rease, 2024), desde o início da existência humana a normalização de todos os tipos de violência contra as mulheres está enraizada na nossa consciência coletiva, perpetuando a culpabilização das vítimas. Na nossa sociedade, estamos envolvidos/as a uma cultura “hegemônica” que perpetua a desigualdade de gênero e, ao mesmo tempo, normaliza a violência. Desde a antiguidade, a supremacia masculina está presente e mantida em todas as estruturas de sociedade existentes, seja por questões políticas, econômicas e sociais, seja também por questões religiosas e culturais.

⁶ Lei do Feminicídio nº 13.104/2015, torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos. É considerado feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima.

No contexto do processo de colonização do Brasil, a existência dessa formação de construção social familiar machista e patriarcal explicitava a violência doméstica escancarada e acobertada pela própria legislação, que legalmente perpetuava o poder do macho sobre a fêmea portanto, a naturalização da desigualdade de gênero. Segundo Rosenberg (2009), o patriarcalismo foi historicamente reconhecido como modelo de família brasileira pela sociedade, pela Igreja e pelo Estado. Mesmo com as mudanças alcançadas e os avanços legais conquistados pelos movimentos feministas na legislação, a sociedade conservadora ainda mantém vivo esse modelo de família patriarcal, ainda que veladas as relações de poder que submetem a mulher ao domínio dos homens.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil juntamente com seu legado cultural, representou, desde aquele momento, a construção de uma nova sociedade de modelo patriarcal, conservadora e religiosamente católica ortodoxa. Já não bastasse a violência contra as mulheres indígenas que aqui viviam. Toda essa carga cultural trazida pelos/as portugueses/as se consolidou entre a classe burguesa da época, os senhores de engenho e suas senhoras. Esses/as sempre foram considerados/as responsáveis por serem provedores/as, o *pater familias*, figura mais importante da casa grande, enquanto a mulher detinha responsabilidades com a família, no cuidado dos/as filhos/as e na organização da casa (Taquete, 2008).

Logo, deste modo nasceu o patriarcado no Brasil, um sistema de sociabilidade onde a figura do homem, o chefe da família, está acima de todos/as e merece respeito e obediência. Outrossim, a mulher era condicionada a seguir as regras impostas pela sociedade patriarcal. Algumas regras eram estabelecidas como obrigações femininas, ser uma figura ingênua, frágil, delicada e servir aos desejos sexuais do homem, privarem-se e se restringirem ao ambiente doméstico (Leal, 2004).

Para além da cultura portuguesa e do patriarcado, é importante ressaltar a influência religiosa da época colonial, o cristianismo português aqui chegou mesmo antes da família real, representada pelos jesuítas católicos trazidos com a missão de “catequizar” e “educar” os/as nativos/as que, segundo eles, eram povos sem alma. A partir daí já se inicia o processo violento de cristianização, de “formação” e “disciplinarização” da comunidade indígena aqui encontrada, com base no modo de vida do grupo hegemônico dominante, a corte real portuguesa. “As ideias dominantes de uma época, certamente são as ideias da classe dominante” (Marx; Engels, 1845).

Com o passar do tempo, as mulheres conquistaram direitos, ainda que de maneira bastante desproporcional às suas lutas. Muito lentamente, leis de proteção às mulheres foram

aprovadas⁷, políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher são criadas, fruto de inúmeras lutas dos sujeitos/as coletivas. Contudo, a ideologia predominante e conservadora que perpassa todo esse movimento, reproduz o conservadorismo patriarcal na sociedade. Desse modo, observamos que a estrutura patriarcal se faz presente não só pela ideologia, mas também pela violência (Saffioti, 2015).

No panorama da realidade atual do País, uma onda de feminicídios tem vitimado muitas mulheres diariamente, só em 2022 foram mortas 3.930 mulheres sendo 1.410 delas por feminicídios. Segundo o portal G1, que em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP,2022) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgou pesquisa feita pelo Monitor da Violência — uma mulher a cada 6 horas morre no Brasil simplesmente pelo fato de ser mulher, vítima de seu atual ou ex-companheiro. No *site* gov.br, na página do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, dados divulgados em 2022, em alusão ao “Agosto Lilás” contra a violência doméstica, revelam que no primeiro semestre daquele ano, foram registradas 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência de gênero, corroborando os dados do exacerbado aumento da violência. Numa publicação de julho deste ano (2024), a revista *Exame* demonstra que o número de casos aumentou 9,8% em relação ao ano passado, o número da Polícia Militar (190) foi acionado 848.036 vezes somente para casos de violência doméstica.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública, em 2023 foram registrados 83.983 mil casos de estupro de vulnerável, ou seja, a cada seis minutos uma mulher sofre violência sexual no Brasil. Desses casos, 75% acontecem com menores de até 14 anos. Os atos de violência acontecem dentro de casa, praticados por pais, amigos e/ou parentes próximos. Conforme explica Maciel (2018), a violência doméstica e familiar é comumente praticada por pessoas próximas, parentes e companheiros da vítima, e nesse sentido a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha compreende:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo

⁷ FERNANDES, Wander. **Linha do tempo - Direitos das mulheres na legislação brasileira**. Jusbrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 09 out. 2024.

único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (Art 5º da lei Maria da Penha de 2006).

Em palestra ministrada na Universidade Federal de Sergipe (UFS) pela capitã Fabiola Goes⁸, “responsável pelo Programa Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE)⁹, juntamente com outras instituições de proteção à mulher daqui do estado, ela afirma que o maior número de chamadas no Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp), são para atender mulheres vítimas de agressão, 102 acionamentos/hora pelo 190 e são os maiores casos de denúncia nas delegacias no estado de Sergipe, as Delegacias de Grupos Vulneráveis (DAGV)¹⁰.

Os dados apresentados pelos canais midiáticos, escritos, televisivos e redes sociais são alarmantes mediante o momento histórico em que nossa sociedade se encontra. Em pleno século XXI onde, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, 50,8% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dos 75 milhões de lares, os que têm liderança feminina correspondem a 38,1 milhões de famílias.

Em outras palavras, as mulheres tomaram as rédeas de suas vidas e famílias, tornaram-se as provedoras de seus lares, tendo jornada extremamente sobrecarregada pois, ainda assim, são as cuidadoras dos seus filhos, dos pais e da casa. Mesmo as que alcançam certo nível de prestígio social encontram resquícios de uma cultura machista e patriarcal, um retrocesso de valores culturais e comportamentais onde as mulheres que, através de muita luta ao longo dos anos, alcançaram um lugar de empoderamento e prestígio societal — buscando por liberdade, independência e igualdade —, batem de frente com o modelo de sociedade capitalista patriarcal e conservadora, que, de forma “*vintage*”, vem reforçar o antagonismo de classes típico do sistema capitalista, que mitiga a luta feminista, fragmenta a classe para além do gênero mas, também a questão étnico-racial e a desigualdade social.

⁸Coordenadora de ações de enfrentamento à violência doméstica da Polícia Militar de Sergipe.

⁹Ronda Maria da Penha, projeto desenvolvido pela Polícia Militar. A iniciativa foi lançada em Sergipe no dia 8 de março de 2019, exatamente na data em que se celebra o Dia Internacional da Mulher. <https://pm.se.gov.br/ronda-maria-da-penha-policia-militar>.

¹⁰DAGV-Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis: surgiu em 2004 com a finalidade de prestar serviço efetivo e especializado para a sociedade. O DAGV da Polícia Civil de Sergipe atende a crimes relacionados: 1-Mulher, vítima de violência doméstica. 2-Criança e adolescente, vítimas de violência doméstica, sexual e dos crimes definidos no ECA. 3-Idoso, vítima de violência doméstica, crime sexual e dos crimes definidos no estatuto do idoso. 4-Deficiente, crimes sexuais. 5-Grupo LGBT e profissionais do sexo, desde que vítimas em razão de expressão sexual. 6- Racismo e intolerância, desde que resultantes de discriminação em razão de raça, cor, religião, ou procedência nacional (<https://www.se.gov.br/noticias/governo/departamento-de-atendimento-a-grupos-vulneraveis-funciona-com-plantao-24-horas>).

Nesse momento, adentramos numa organização maior que engendra todo esse sistema de sociabilidade opressivo e desigual, O Estado nasce da necessidade de garantir os direitos e a liberdade dos indivíduos (classe burguesa) e de manter a ordem pública, mediando os conflitos de classe através do “controle social”. A partir do momento em que o Estado assume um caráter de legitimação da expansão burguesa,

[...] o controle social destina-se a garantir determinada “harmonia” na ordem política, social e jurídica, como forma de garantia de poder sobre uma significativa parcela da sociedade que precisava, portanto ser “controlada” para que não subverta esta ordem vigente, e tampouco o “curso natural da história”, na medida em que se considera a violação ao legítimo direito à propriedade como um direito naturalmente inviolável (Felix, 2017, p. 75).

A partir daí, essa relação conflituosa das classes sociais que vão se formando passa a ser “mediada” por essa instituição que, jurídica e politicamente, possui autoridade legal para “garantir” a harmonia, a liberdade e a segurança dos seus indivíduos, ou seja, da sociedade burguesa, utilizando-se da violência, opressão e exploração da massa expropriada, conforme veremos algumas dessas lutas no subtópico a seguir.

3.2 Estado, lutas de classes e lutas feminista no movimento atual do Brasil

Os estudos de Karl Marx e Friederich Engels (1889) mostram que a “dinâmica” cidade *versus* campo, desde a gênese do capitalismo, surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história civilizatória até os dias atuais. “A crescente produção do excedente altera a organização social [...]. Desenvolve-se junto a isso a desigualdade social e a separação da sociedade em classes” (Mandel, 1978, p. 25-27).

A partir desse momento, uma nova sociedade, burguesa e não mais feudal, precisa de novos mecanismos para resguardar seus interesses, que deixam de ser coletivos para serem particulares, com produção e territórios ampliados e o domínio de mão de obra escrava e a tarefa de mitigar conflitos antagônicos antes inexistentes.

O desenvolvimento das sociedades primitivas para as classes, passa a exigir novas formas de organização para que haja a manutenção da ordem e principalmente da produção de excedente e a reprodução social, isso implica na criação de políticas de administração, segurança e tributos que garantam esse desenvolvimento da produção baseado na escravidão e protejam a classe detentora de bens e dos meios de produção — ou seja, o Estado.

Mais tarde, com o avanço da industrialização em articulação com o comércio caracterizou-se, entre os povos modernos, o fim do feudalismo e o início da propriedade privada, com duas classes definidas: a *burguesia* e o *proletariado*, tendo o Estado como aparelho regulador das tensões antagônicas criadas pela classe dominante,

[...] uma sociedade desse tipo não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e permanente dessas classes entre si ou sob a dominação de um terceiro poder que, aparentemente situado acima das classes em luta, reprimisse esses conflitos abertos e só permitisse que a luta de classes se travasse no campo econômico, numa forma dita legal. A organização gentílica [...] foi destruída pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes. Foi substituída pelo Estado (Engels, 2017, p. 210).

No Brasil, essa transição “ocorreu” de forma análoga à europeia, apenas com um diferencial: além dos/das indígenas, foram trazidos/as negros/as cativos/as da África para o trabalho escravo, devido a sua raça ser considerada “inferior” pelo branco europeu. Após a Era Colonial, o período republicano se organiza através de uma aristocracia, formada por senhores de engenho escravocratas, fazendeiros e criadores de gado que dominaram a política e a economia, alçados à exploração do trabalho escravo.

É dessa classe dominante burguesa e de seus descendentes que adveio o formato do Estado Brasileiro de Direito, historicamente mantido e financiado pela burguesia. Conseqüentemente, todo o aparato ideológico do Estado fora criado para atender aos direitos e anseios dessa classe hegemônica, sobrepondo-os aos direitos das classes opostas e oprimidas.

Após a abolição da escravidão, a massa popular indigente majoritariamente formada pelos negros/as, até mesmo porque a população indígena que não foi dominada, fora dizimada, tornara-se a primeira classe antagônica à burguesia daquele período. Sem direitos básicos garantidos, os escravos libertos passaram a viver totalmente à margem da sociedade. A *miserabilidade* naquele momento, concomitante ao início do assalariamento da mão de obra (nesse caso dos imigrantes europeus), deu início ao movimento de classes aqui no Brasil.

Segundo Karl Marx, “[...] a estatística oficial engana cada vez mais sobre o verdadeiro volume do *pauperismo*, à medida que, com a acumulação do capital, desenvolve-se a luta de classes e, por conseguinte, a consciência de si” (2013, p. 886). A luta entre senhores de engenho e escravos, ricos e pobres, o desenvolvimento das forças produtivas e o domínio da natureza que desencadearam uma economia baseada no trabalho escravo, influenciada pelo patriarcalismo, fomentaram as novas relações sociais e as formas de sustentar e perpetuar esse novo formato de sociabilidade. Para tanto, os interesses da classe dominante opressora precisavam ser protegidos e garantidos, por isso o Estado nasce da necessidade de apaziguar o

antagonismo de classe. Como ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (Engels, 2017).

Por conseguinte, com o passar do tempo e diante da conjuntura de cada época, vão se formando subgrupos dentro da luta de classes, como: dos/das negros/as fugidos/as (quilombolas), da classe operária, dos estudantes, e dentro desse ambiente de desigualdade social e das classes oprimidas, a luta das mulheres, que nos primeiros anos, meados do século XIX, lutam por educação, direito ao voto e a abolição dos escravos¹¹.

Conforme Silvia Frederici (2004), materializa a derrota histórica” das mulheres nesta nova divisão sexual e social do trabalho, além de mal remuneradas, as mulheres têm jornadas exaustivas e o trabalho doméstico para realizar. Sempre estigmatizadas pelo modelo patriarcal a elas imposto, além do trabalho remunerado, as mulheres têm a tarefa de serem as cuidadoras do lar, da família e dos pais, de zelar pelo bem-estar da família, e ainda se contentarem com os baixos salários.

Diante desse contexto de tantas injustiças e desigualdade social, as lutas sociais começam a ter destaque no cenário político brasileiro. Dentre elas, as lutas sociais de mulheres, que vão constituir os movimentos sociais de mulheres e o movimento feminista, pois um complementa o outro. “O movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele. Um alimenta o outro (Silva; Camurça, 2013, p. 15).

O Feminismo é a luta por direitos iguais entre os gêneros e contra a padronização social e tem origem relacionada às chamadas “ondas feministas”¹² iniciais: a primeira ocorreu nos séculos XIX e início do século XX, com países industrializados, como a Inglaterra e os Estados Unidos da América (EUA), na luta por oportunidades e salários iguais. A segunda onda ocorreu na década de 1960, tendo como características, entre outras, questões como a sexualidade e direitos sobre o próprio corpo, e a terceira onda na década de 1990, com recortes do movimento de mulheres negras e LGBT, entre outras.

¹¹ FERNANDES, Wander. **Linha do tempo - Direitos das mulheres na legislação brasileira**. Jusbrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 09 out. 2024.

¹²“Ondas Feministas” onda” feminista, foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate. Cada momento histórico tem suas particularidades — e as mulheres de cada momento histórico tinham demandas diferentes. Assim, **uma** das formas de agrupar mulheres em determinada “onda” do feminismo é de acordo com suas demandas. Outra forma de identificar as “ondas” é cruzando os ideais defendidos pelas mulheres denominadas feministas com seus momentos históricos <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo>.

No Brasil, começa a dar seus primeiros passos entre os anos de 1916 e 1917, quando surgem as primeiras fábricas, trabalho feminino, infantil e logo despontam as primeiras reivindicações trabalhistas das mulheres por igualdade, pois trabalhavam exaustivamente até 16 horas seguidas e ganhavam salários inferiores, devido a sua força física, não produziam tanto como os homens, segundo seus “patrões”.

Isso se deve à divisão “social e sexual” do trabalho imposta pelo patriarcado, que inferioriza o sexo feminino perante o estigma da mulher que deve ser delicada, frágil e cuidadora do lar e da família. Mas na realidade, tanto os senhores de engenho como os primeiros donos de fabriquetas exploraram e lucraram muito com o trabalho das mulheres na agricultura e nas primeiras indústrias têxteis.

Outrossim, a finalidade constante e a tendência de todo aperfeiçoamento do mecanismo era, de fato, eliminar completamente o trabalho do homem ou reduzir seu preço por meio da substituição do trabalho de homens adultos pelo de mulheres e de crianças, ou de operários qualificados pelos não qualificados (Marx, 2013).

Contudo, no século XIX, algumas mulheres já lutavam pelo direito à educação, ao voto e pela abolição da escravatura, influenciadas pelas ideias libertárias europeias; porém, sempre suplantadas pelas ideologias machistas e patriarcais. Podemos apontar algumas referências de militância feminista, tais como *Christine de Pizzar* (séc. XIV), *Abigail Adams* (EUA, Séc. XVIII), *Olympe de Gouges* (França), *Mary Wollstonecraft*, *August Rebel* (Séc. XIX), *John Stuart Mill* (Inglaterra, 1865)¹³ *Simone de Beauvoir* (1960), *Kate Millet* *Angela Davis*.

A luta feminista e seus motivos vão se diversificando de acordo com o contexto político, econômico e cultural de cada época. Com o passar dos anos, as mulheres passam não só a reivindicar direitos políticos iguais, mas também a questionar outras vertentes da luta, as raízes culturais dessa desigualdade entre os sexos. Sobre a questão do gênero pré-definido para homens e mulheres, onde a hierarquia masculina predomina sob a posição de comando Saffioti, refere que “[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas interrelacionadas” (2004, p. 116).

No Brasil, a evolução do movimento feminista é semelhante à europeia, porém se dá de forma tardia, apenas 40 anos depois da Constituição de 1891¹⁴. Como referências feministas no Brasil podemos citar cronologicamente: Leolinda Figueiredo Daltro (1917), que criou o primeiro Partido Republicano Feminino (PRF), professora, sufragista e indigenista brasileira e

¹³ [John Stuart Mill: biografia, utilitarismo, contribuições e obras - Maestrovirtuale.com](http://Maestrovirtuale.com)

lutou pela autonomia das mulheres; Bertha Lutz, cientista, fazia parte da Federação Brasileira e lutava pelo direito ao voto e pela igualdade; Romy Martins Medeiros e Ormindia Ribeiro de Bastos (década de 50), que lutaram pelos direitos das mulheres casadas, somente aprovada a lei dez anos depois; Therezinha Zerbini, assistente social, advogada e ativista dos Direitos Humanos Brasileira, fundou o Movimento Feminino pela Anistia.¹⁴

A partir de 1970, o movimento passa de luta social para movimento político. No decorrer do tempo, a luta das mulheres sempre foi maciçamente criticada e sufocada por ideologias religiosas, políticas e patriarcais, mas resiste mesmo com toda movimentação contra, pois vivemos numa sociedade patriarcal machista e racista. “O feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e de toda sociedade” (Silva; Camurça, 2013, p. 12).

O sistema de dominação de que falamos conta com um grande aparelho ideológico a seu favor, com o objetivo de suplantar qualquer movimentação contra os interesses e a ordem da classe dominante burguesa, e que precisa manter a sociedade numa espécie de “cabresto”, contra ideais de liberdade e igualdade, para garantir seu lugar no topo da pirâmide da estrutura de classes.

Dentro do movimento feminista há várias vertentes, diferentes correntes políticas e debates singulares de cada grupo, mas existem objetivos em comum; a liberdade, a igualdade, a luta contra a desigualdade de gênero e a opressão das mulheres. “O feminismo tem o foco permanente de atenção no enfrentamento da dominação e exploração das mulheres pelos homens e pelas instituições sociais, consideradas como instituições patriarcais” (Silva; Camurça, 2013, p. 22).

Contudo, a luta não se refere apenas a isso, mas também a outros tipos de opressão/exploração que vivem as mulheres, como as relações de classe, as raciais e as étnico-raciais. Como essas relações vão se reproduzindo, ainda que em contextos e épocas diferentes, porém sob a mesma dominação masculina, o feminismo instituiu as mulheres como sujeitos políticos do processo de transformação social — produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina (Scott, 1999).

Na contemporaneidade, os movimentos feministas vêm passando por um processo de “terceirização” das lutas, que, através da criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) associadas ao Estado, desenvolve políticas públicas voltadas às mulheres. Contudo, esses programas não oferecem uma política emancipatória para esses grupos e sim uma política de

¹⁴ TV PREFEITURA DE SUZANO. **Aula 1: A História do Feminismo no Brasil e no Mundo**. Youtube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xLbEORK5m_A. Acesso em: 10 mar. 2025.

sustentabilidade baseada em convênios com o órgão estatal e outras instituições colaboradoras, onde há cooptação de recursos e lideranças partidárias apenas com o propósito de se promover às custas de movimentos sociais como o feminismo. Como consequência, gera grandes impactos na autonomia deste, conquistada por muita luta, suor e sangue,

Sabemos que esse fenômeno acompanha a consolidação do neoliberalismo na América Latina e passa a significar um divisor de águas no campo do feminismo. Ao mesmo tempo em que se amplia a participação do feminismo nos espaços de decisão e controle social, estruturam-se estratégias de cooptação de lideranças e “envolvimento manipulatório”, especialmente por meio do financiamento de ONGs feministas, o que fere o princípio da autonomia, tão caro ao feminismo. Assim, contraditoriamente, muitos dos setores que compõem o feminismo passam a colaborar, mesmo que de forma involuntária, com o sistema sobre o qual constroem sua crítica (Cisne; Gurgel, 2008, p. 92-93).

Dentro desse contexto político, é imprescindível falar como citado anteriormente, dos aparelhos ideológicos do Estado, que têm papel fundamental dentro desse processo de “*onguização*” que descaracteriza os movimentos, desarticula, descentraliza e fragmenta as lutas sociais antagonicamente, ao passo que são por ele financiados, característica do sistema capitalista. Ele se retroalimenta dessa contraditoriedade.

A Política, a Religião, o Sistema Judiciário, a Cultura e as Artes, são construções sociais predominantemente masculinas, onde as diferenças de papéis baseiam-se muito mais em critérios sociais do que fisiológicos. É através desses elementos que o Estado consegue a manutenção da ordem na sociabilidade capitalista neoliberal: mantendo todos esses aparelhos constitutivos das relações sociais e de classe, no modo patriarcal conservador. Dentre estes, podemos acrescentar a mídia e as redes sociais, principal veículo de comunicação utilizado atualmente.

Na particularidade brasileira, consideramos que a Política, a Mídia e a Religião formam o tripé do retrocesso social. Apesar de constitucionalmente o Estado ser laico, a religião se faz presente cada vez mais nas instituições governamentais. Atualmente a bancada evangélica já representa 80% dos partidos no congresso¹⁵, com 119 bolsonaristas de 228 integrantes no total. Ou seja, a política brasileira está cada vez mais representada por políticos de extrema direita com perfil conservador, machista e misógino. Reiterando que muitos foram eleitos com o auxílio da tecnologia, disseminando mensagens e informações preconceituosas e

¹⁵ BUSS, G.; JULIÃO, F. **Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso**. Pder 360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>.

estereotipadas, racistas e machistas, estimulando a intolerância e a violência, em nome de Deus, da moral e dos bons costumes cristãos.

Esse movimento de retrocesso político, econômico e cultural vem se fortalecendo principalmente a partir de 2019, com o então governo de direita de Jair Messias Bolsonaro, marcado por autoritarismo ditatorial, abuso de poder, discursos extremamente misóginos, sexistas, homofóbicos, baseado em disseminação de *fake news*¹⁶ em redes sociais.

O movimento bolsonarista trouxe graves impactos ao movimento feminista, o índice de violência contra a mulher aumentou significativamente no referido governo, com seu discurso sobre Deus, Pátria, Família e a supervalorização da moral religiosa, trazendo à tona discursos bíblicos contra a liberdade da mulher, as relações de gênero e o movimento LGBTQIAPN+.

Por fim, os movimentos sociais bem como o feminista, apesar dos avanços, precisam se reorganizar politicamente para os desafios que enfrentarão daqui em diante. A extrema direita vem avançando e os ideais de liberdade e igualdade terão uma ideologia neofascista para enfrentar, assunto que veremos no próximo capítulo.

¹⁶ Notícias falsas, informações mentirosas que são divulgadas como se fossem reais e verdadeiras, partilhadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens.

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIÃO: uma análise de suas inter-relações a partir do cenário midiático

“E aquelas de quem temeis a desobediência, exortai-as, pois, e abandonai-as no leito, e batei-lhes.” Nobre Alcorão, Surata An- Nissá.

Neste terceiro e último capítulo, traremos das investigações e análises das informações sinalizando para os resultados da pesquisa bibliográfica e exploratória acerca da relação entre a Violência Doméstica e a Religião na sociedade brasileira, a partir da apreensão de alguns canais que apresentam a exposição verbalizada de pessoas públicas que utilizam o espaço midiáticas com a finalidade de tencionar valores e condutas comportamentais em nome da suposta salvação, atingindo milhares de internautas cotidianamente. Em se tratando de religião, o presente trabalho debruçou-se sobre as cristãs, que mais se fazem presentes nos lares das famílias no Brasil, entre elas destacamos as de matriz Católica Apostólica Romana, a Protestante Evangelizadora, e de forma secundária, também conteúdos judaicos.

Tratamos de situar as análises a partir de dados e informações levantados, dos quais delimitamos os segmentos mulheres, visualizando expressões que reproduzem manifestações de violência doméstica e a influência da religião a partir da investigação dos aparelhos midiáticos de canais religiosos de cultos e pregações de padres e pastores/as.

A partir do exposto, recortamos o objeto desse estudo para os dias atuais, onde o avanço tecnológico das mídias e redes sociais disseminam retóricas de violência de gênero por parte de cultos e pregações religiosas, não somente de padres ou pastores/as, mas também de pessoas públicas. Nessa direção, trataremos no subitem a seguir dos aspectos relacionados aos aparelhos midiáticos de canais religiosos e as retóricas de violência de gênero em pregações de cunho religioso.

4.1 Os aparelhos midiáticos de canais religiosos e as retóricas de violência de gênero em cultos e pregações de padres e pastores

Conforme citado no Capítulo 2, os aparelhos do Estado foram criados para reproduzir e manter a conservação da ordem e a hegemonia do funcionamento da sociabilidade capitalista, portanto, conforme Gramsci (1966), configuram-se “Os Aparelhos Ideológicos de Estado”. Entre eles a religião, a educação, a família, o sindicato, a imprensa, os meios culturais etc., os quais garantem a reprodução das relações de produção, exercendo também a violência. Em

outros termos, considera-se que nas formas “[...] jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às últimas consequências” (Marx, 1977, p. 25).

O caráter polissêmico da concepção gramsciana de ideologia apresenta vínculos estreitos com a identificação-diferenciação com diversos conceitos, tais como: linguagem, concepção do mundo, crença, consenso, aparelho hegemônico, senso-comum, fé, folclore, etc. Destaca-se entre os conceitos, foco de discussão, o da hegemonia, a luta pela reforma moral da sociedade que expressa sua divisão também nos fenômenos das superestruturas (Gramsci, 1966)¹⁷. Outrossim, conforma-se habitualmente em Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e Aparelhos Repressivos do Estado (ARE).

O ARE significa a força repressiva do Estado, composta pelo Governo, pela Administração, pelo Exército, pela Polícia, pelos Tribunais e Prisões, etc. Ou seja, há o uso de violência em suas atribuições. Já o AIE, representa o poder e a influência ideológica de que o Estado se utiliza dentro da luta de classes, ainda que haja leve repressão velada ou mesmo simbólica, presente nas escolas, igrejas, na família, sindicatos, cultura, meios de informação e imprensa. Dentre esses, dois elementos têm destaque na origem e formação da sociedade, a Violência e a Religião. De início a violência, como forma de se apropriar e oprimir os povos mais vulneráveis, e para mantê-los obedientes e conformados com a vida que tinham, a religião. De acordo com Tonet (2026, p. 44),

A religião tem uma longa tradição e tem raízes profundas na própria realidade social. Deste modo, ela cumpre determinadas funções que se tornaram necessárias para a reprodução do ser social. Contribui, portanto, poderosamente, para formar, em profundidade, a personalidade dos indivíduos, o seu modo de encarar e orientar a vida, os seus valores e as suas relações sociais.

Por meio da religião se fundamenta o patriarcalismo, sistema de organização social onde o homem concentra a função de chefe da família e todos, principalmente a mulher, lhe devem obediência e respeito, sendo considerada a mulher um ser inferior e, por isso subordinada à dominação masculina. Ou seja, antes de Cristo (A. C.), na era dos “grandes monarcas” do início da civilização, esse modelo de subjugação da mulher já existia, conforme registro antigos, sinalizavam:

¹⁷Gramsci relaciona a ideologia ao que chama de “forças materiais”, dizendo que “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias as formas - sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (1966, p. 63).

Desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher medieval. Desta forma, são muito comuns as citações de fragmentos de Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Este último foi realmente importante para a construção do discurso misógino do século XIII, na medida em que recuperou a parte mais radical do pensamento agostiniano com relação às mulheres. Em suas famosas Sumas Teológicas, São Tomás discorre sobre vários temas, que têm como centro de preocupação a construção teórica e filosófica da existência e da condição feminina. Assim, ao longo de suas considerações emerge o pensamento de Aristóteles: "*Femina est aliquid deficiens et occasionatum*"; de São Paulo: "*Primo et principaliter propter conditionem feminei sexus, qui debet esse subditus viro*"; e de Santo Agostinho: "*Imago Dei invenitur in vitro..., non invenitur in muliere*"(Aquino, s/a e s/p).

Contudo, houve uma época no período neolítico (entre 10000 e 3000 ac), em que a mulher contava com certo prestígio, pois somente ela era capaz de gestar e acreditava-se que a boa colheita estava relacionada à fertilidade feminina, como afirma Regina Navarro Lins (2007). Mas a partir do momento em que o homem percebe a sua importância na reprodução e que um só macho pode emprenhar várias fêmeas, a mulher perde seu valor e sua liberdade sexual perante os homens e se dá início ao patriarcado (entre 4400 e 2900 ac). Os registros históricos destacam:

Durante todo o período paleolítico a mulher ocupava o papel central da sociedade, os indivíduos eram caçadores-coletores e não havia necessidade de força, a cultura era cooperativa, de parceria, onde homens e mulheres conviviam harmonicamente. A divisão de trabalho entre os sexos existia, mas sem desigualdade. A mulher representava o poder de dar e nutrir, pois, nesse período o homem não conhecia sua função na procriação, o poder estava centralizado na mulher, porque acreditava-se que a reprodução era um privilégio divino, e por essa razão, muitas vezes a mulher era adorada como divindade (Paglia, 1992; Eisler, 2007; Muraro, 2018).

Na dinâmica societária da pré-história à história, o papel da mulher e as relações sociais que foram construídas têm aspectos particulares no espaço e no tempo. Sendo assim, ser mulher na história da humanidade configura-se desde aspectos de posição de valor e figura empoderada à subalternização. Contudo, uma grande tendência caminhou na direção de subvalorização da mulher. Após séculos de luta e duro labor, as mulheres conseguiram ultrapassar algumas barreiras de diferenciação de gênero tornando-se profissionais de sucesso em muitas partes do mundo, frente às conquistas, participação nos espaços sociais, profissionais e políticos. Porém, de acordo com Amaral (2019, p.113),

Mesmo tendo avançado muito e galgado importantes degraus, a mulher ainda enfrenta preconceito de gênero e tem que superar inúmeras barreiras internas e externas. As mulheres da atualidade são educadoras, chefes de empresa, presidentes de nações que desafiam as barreiras que aparecem, cumprindo a dupla jornada, profissional e

familiar, passando por cima do preconceito de gênero, enfrentando o teto de vidro e, em especial, superando a falta de autoconfiança. (Amaral, 2019, p. 113)

Ao tratar da concepção de Família, um dos AIE formada na fase de início de acumulação do capital, a autora traz essa função de reprodução dos valores impostos pelo sistema político, econômico e cultural da classe dominante. Como afirma Frederich Engels, “[...] o casamento monogâmico entre o homem e a mulher surge como uma forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado até então pela pré-história” (2017). Para Marx e Engels (1846), “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação de filhos”.

Diante dessa breve retomada histórica, ao se tratar da violência de gênero a partir da origem do patriarcado, da família e de sua relação com a religião, podemos abordar como o discurso opressor e violento contra as mulheres se reproduz ao longo das gerações e culturas, perpetuando na contemporaneidade. Primeiramente através da religião, culturalmente presente nas famílias, nas escolas, nas instituições estatais — enfim, intrinsecamente ligada ao Estado e um dos principais meios de alienação da massa.

A teologia monárquica do Antigo Testamento, o Judaísmo, onde se exercia justiça e controle social a partir da opressão e da condenação é uma prática utilizada até os dias atuais. Reiterando essa cultura de total repressão, anos mais tarde podemos citar a Santa Inquisição da Igreja Católica, criada para combater heresias e preservar os costumes ortodoxos. Lembrando que o maior alvo da inquisição foram mulheres acusadas de bruxaria, solteiras ou viúvas. Um estudo feito em 2019 estima que 75% das pessoas condenadas à morte eram mulheres.¹⁸ Esse cenário foi registrado em diversas parte do mundo, inclusive no Brasil,

mulheres acusadas de bruxaria condenadas à fogueira e sendo queimadas vivas em pleno Centro de São Paulo. Não é fruto da imaginação. Isso já aconteceu, nos séculos 17 e 18. No Brasil colonial houve, literalmente, um período de caça às bruxas. Com base nos princípios do Tribunal do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição católica, mulheres acusadas de bruxaria eram julgadas e condenadas pelos padres e dirigentes locais e, muitas vezes, acabavam sendo queimadas vivas (Frederich, 2017, p.290).

Esse período histórico trouxe grandes impactos para a vida das mulheres, assim como o racismo estrutural, que tem sua gênese na formação sócio-histórica da humanidade, a desvalorização e violência contra às mulheres também se constitui parte da lógica da base estrutural em seu movimento de produção e reprodução dos antagonismos nas relações sociais,

¹⁸ FREIRE, M. S.; SOBRINHO, V. P.; CONCEIÇÃO, G. H. DE. **A FIGURA FEMININA NO CONTEXTO DA INQUISIÇÃO**. Unioeste, Cascavel, v. 1, n. 1, 2006, p. 53-58. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeducare/article/view/1003/855>.

pois atualmente as mulheres ainda sofrem com preconceitos, julgamentos de valor, opressão e exclusão, obviamente, quando não se enquadram nos padrões cristãos que a sociedade propagava/propaga hegemonicamente para a cultura do vir a ser uma “boa mulher”.

Através das instituições religiosas, principalmente quando se trata das religiões cristãs e monoteístas, o patriarcado coloca a mulher numa posição de subalternidade à figura masculina, conferindo ao homem posição de poder em relação à esposa, e a esta, a total submissão, bem representada pela Bíblia, na passagem em Efésios 5:22-23¹⁹, citada no capítulo 1. Além do mais, é dada a ela a posição de “salvadora” da sua família, levando a luz e a paz para o lar, sendo mediadora de conflitos e sujeitando-se a várias situações, entre brigas, humilhações e até mesmo violência, para manter a suposta paz no lar.

Ainda segundo a Bíblia, a mulher foi criada da costela de Adão. Na Idade Média, esse trecho bíblico foi utilizado para reforçar a depreciação a mulher num trecho do *Malleus Maleficarum*, *O martelo das feiticeiras*, do clérigo católico Heinrich Kramer, em 1487:

[...] convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E, como, em virtude dessa falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre decepciona e mente (Kramer; Sprenger, 1991, p. 116).

Pitágoras (500 anos a.C.) escreveu: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher”. Essa era a visão sobre a mulher, visão que vem se reproduzindo ao longo dos anos, justificando o machismo estrutural que a diminui e a culpabiliza pelos maus tratos sofridos e o desrespeito da sociedade conservadora. Ainda segundo Engels (1891), não foi o desenvolvimento das condições reais de vida dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições na cabeça deles que, segundo Bachofen, determinou as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher. “Partimos da constatação de que a religiosidade é um fenômeno que permeia a vida de milhões de pessoas”. “Ora, a crença religiosa, como toda crença, tem amplas e profundas repercussões sociais” (Tonet, 2016, p. 21).

Diante do exposto, podemos entender que “há um fenômeno, utilizado como mecanismo de dominação de classe, que impede o avanço desse movimento da consciência, que atua diretamente na internalização da objetividade posta, naturalizando as relações vividas e dadas como normas, valores, padrões de comportamento e visões de mundo. Mecanismo que Marx e

¹⁹Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; 23 Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo.

Engels (2007) denominam “Ideologia” (2007, p. 3 citado por Maia, 2018). Esses “mecanismos” são as manobras usadas pela classe burguesa hegemônica para criar os valores e os hábitos que correspondem a cada fase metabólica societária que lhes seja conveniente. A partir desse entendimento, percebe-se o motivo pelo qual, mesmo com todas as conquistas da luta das mulheres, há uma permanência nesses padrões estigmatizados.

Mesmo com a aprovação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/7, de agosto de 2006) no Brasil por exemplo, homens continuam matando suas companheiras ou ex-companheiras, muitas vezes pelo fato de ser mulher, ao que convencionou de feminicídio²⁰. Mulheres continuam sendo agredidas, abusadas e culpabilizadas pela sociedade, tendo sua dignidade e seu caráter contestados pelas roupas que vestem, pelos lugares que frequentam, pelos seus hábitos. Então toda a movimentação histórica de luta das mulheres, as conquistas e os avanços nas leis não servem, se há uma Indústria da Cultura dominante hegemônica que lidera, além da economia, o pensamento, a política e a cultura da sociedade:

Dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 revelam piora nos indicadores e violência contra a mulher em alta no país. As modalidades de violência observadas pelo estudo incluíram homicídio e feminicídio, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (*stalking*), violência psicológica e estupro. Quando somadas, as violências atingiram 1.238.208 de mulheres em 2023 (Portal do Anuário Estatístico, 2024 s)²¹.

A partir do cenário mundial e do Brasil na contemporaneidade, no que diz respeito à violência que atinge mulheres de diversas classes sociais, mas com maior rebatimento as negras e pobres, as retóricas neoconservadoras omitem ou naturalizam o que as estatísticas exponenciam. Logo, evidencia-se que os elementos distintos e contraditórios dos diferentes acontecimentos históricos podem estar entrelaçados e integrados aos mais variados discursos ideológicos; mas também à natureza e ao valor da luta ideológica que busca transformar as ideias populares e o ‘senso comum’ das massas (Hall, 2003, p. 333 citado por Silva; Silva, 2016).

²⁰é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica. A lei 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio, alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificador do crime de homicídio o feminicídio. "Veja mais sobre "Feminicídio" em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminicidio.htm>.

²¹ HELENA, T. **Violência contra a mulher persiste e cresce em todas as modalidades, indica Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Educação e Território, 2024. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/violencia-contra-a-mulher-persiste-e-cresce-em-todas-as-modalidades-indica-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>.

Sendo assim, tem sido público e notório o número de grupos religiosos envolvidos na política, na mídia e na influência direta da cultura de massa; as redes sociais abarrotadas de conteúdos cristãos, ensinamentos sobre a conduta da mulher, moda cristã, relacionamento cristão — enfim, a “*mercadorização*” da religião como cultura imposta por certos grupos e partidos políticos, com o único objetivo histórico da alienação e fortalecimento da cultura machista-patriarcal:

A senhora tem que dar para o seu marido até sobrando para que ele não procure uma vagabunda na rua e o pecado seja da senhora. Se ele procura na rua é porque caiu no lastro do diabo e se tornou sem vergonha é porque a senhora [a esposa] o induziu ao erro (Verbalização do Pasto, 2024).²²

Aí você vai lá naquele maldito salão de beleza, que reúne pessoas mentirosas. Tem mulher que é burra e fala ‘meu marido é maravilhoso’. Aí as mulheres crescem o olho e vão tudo dar em cima do marido dela. Homem é mais esperto, chega no boteco e desfaz da esposa para ninguém crescer o olho em cima da mulher do cara. A mulher não entende a estratégia do homem (Verbalização do Pasto, 2024).

Esses hábitos reverberam na relação existente entre a religião e a violência doméstica contra a mulher, visto que o sistema patriarcal e o machismo estrutural são elementos fundamentais na estrutura das religiões, onde a família tradicional e o casamento devem ser mantidos, independente da situação que a mulher esteja vivenciando, pois ela carrega o papel de edificar seu lar, se comprometeu com o bem estar dos filhos e com o sucesso do matrimônio, sendo uma mulher virtuosa e com toda essa pressão, silenciada e totalmente “apagada” da família e sociedade.

“O fenômeno da violência de gênero acontece no mundo inteiro e atinge mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual (Brasil, 2003)”. Praticamente em 99% dos casos de violência física, sexual, psicológica, patrimonial e de feminicídio, os/as agressores/as são seus maridos ou companheiros, institucionalizados pelo matrimônio ou qualquer outra forma de união civil, todas elas seguindo os preceitos religiosos da família patriarcal monogâmica. Sobre isso, Saffioti (2015) diz que:

Apresentando baixa cultura geral e ínfima capacidade crítica, a maioria das brasileiras pode ser enquadrada na categoria conservadoras, ainda separando mulheres femininas de mulheres feministas [...] as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o *patriarcado* não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo (Saffioti, 2015, p. 49).

²² A pregação de um pastor, conhecido como apóstolo Adelino de Carvalho, da Igreja Reino dos Céus, em Minas Gerais, gerou polêmica nas redes sociais após afirmar que a mulher “deve dar para o marido” mesmo que esteja sem vontade. Segundo ele, caso o homem busque outra pessoa fora do casamento, a “culpa” é dela.

Na era digital em que vivemos, onde tudo viraliza na *internet*, não é incomum nas plataformas de *streaming* a circulação de conteúdos cristãos — não bastasse na política, agora todos/as têm acesso ao que está acontecendo no mundo e resgatando o que foi dito anteriormente; há uma onda ultraconservadora defendida pela extrema direita invadindo as redes sociais midiáticas. Como no capitalismo os eventos são cíclicos, estamos vivendo uma fase de mudanças significativas, onde economia, política e religião se unem para traçar novos rumos na sociedade através da cultura. Adorno e Horkheimer (2002), na *Dialética do Esclarecimento*, referem-se a um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura — filmes, música popular, programas de rádio e televisão, revistas etc. — como mercadorias e estratégias usadas para manipulação da sociedade de massa (2002, Adorno; Horkheimer citado por Rezende, 2020, p. 1).

Os discursos conservadores cristãos têm repercutido no meio político. No Brasil, partidos evangélicos vêm se fortalecendo, juntamente com o avanço de partidos de extrema direita neoliberais. Desde o *Impeachment* da então “Presidenta” da República Dilma Rousseff em 2016 — que por si só já representa um movimento antifeminista ultraconservador —, o Brasil segue presenciando uma política machista, homofóbica, antidemocrática e fascista. No auge do neofascismo, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019), que com suas falas misóginas, machistas, sexistas e “LGBTfóbicas”, trouxe consigo discursos religiosos para justificar a violência de gênero, abuso sexual e a submissão e desvalorização da mulher²³. É possível verificar várias verbalizações de Jair Bolsonaro em 2018:

Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu, afirmou Bolsonaro em entrevista a cantora Preta Gil (2011, Redes Sociais).²⁴

Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece, diz Bolsonaro (2011, Redes Sociais)²⁵.

²³CHAGAS, I. **Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres**. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

²⁴O ano era 2011, e o alvo da vez foi a cantora Preta Gil, que entrevistava o político. Na ocasião, a cantora perguntou como o então deputado reagiria se algum de seus filhos se casasse com uma mulher negra.

²⁵Bolsonaro foi condenado em 2017 pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). O então ministro do STF, Marco Aurélio Mello, manteve a condenação por danos morais, com indenização de R\$ 10 mil para Maria do Rosário.

Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher (Bolsonaro, 2017)²⁶.

Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil não poderia ser um País de turismogay, mas que ‘quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher fique à vontade’ (Bolsonaro, 2019)²⁷.

Totalmente midiático, o “mito”, como ficou conhecido na *internet*, atraiu milhares de pessoas com discursos (neo)fascistas principalmente contra as mulheres, a comunidade LGBTQIAPN+ e os novos núcleos familiares. Sempre usando um discurso religioso bíblico, chegando a ser associado a Jesus, por causa do seu nome “Messias”, o movimento bolsonarista conseguiu reacender *tabus* da sociedade que até então vinham em processo de desconstrução, como por exemplo a igualdade de gênero. Outrossim,

no Brasil, não temos uma ditadura fascista- estamos escrevendo em outubro de 2019, mas temos um movimento e uma ideologia fascistas que, dentro dos limites dados pela correlação política de forças existente, atenta contra a democracia burguesa e pode, dependendo da dinâmica da conjuntura, chegar à instauração de uma ditadura de tipo fascista no Brasil (Boito Jr., 2021).

Diante de um líder nacional, defensor da boa moral e dos bons costumes cristãos, pregador da família tradicional e do exemplo da mulher religiosa, bela, recatada e do lar viralizando nas redes, enquanto no exterior o movimento *Red Pill*, já liderando altas visualizações, encontrou uma introdução facilitada nas mídias sociais brasileiras, pregações de pastores/as e padres de religiões cristãs, conteúdos altamente violentos sobre a conduta da mulher, que incitam os vários tipos de abuso a que uma mulher pode se submeter.

Corroborando com essa informação, podemos citar o aumento no índice de casos de violência doméstica e de feminicídios que ocorreram nesse período²⁸. No ano de 2022, os feminicídios aumentaram 6,1%, as agressões por violência doméstica somaram 245.713 casos. Quase 75 mil pessoas foram vítimas de estupro em 2022, um aumento de 8,2% comparado ao ano anterior e o maior número da história. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022)²⁹.

A seguir, catalogamos alguns vídeos da Plataforma *YouTube*, de pregações religiosas que se referem às mulheres de forma esdrúxula e pejorativa.

²⁶Bolsonaro em palestra feita na sede do Clube Hebraica no Rio de Janeiro

²⁷Bolsonaro dá uma declaração sobre o Brasil não ser um país de turismo gay, mas com mulheres pode.

²⁸PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Herança de Bolsonaro: 2022 foi o ano mais violento para as mulheres na história.** PT 13, 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/heranca-de-bolsonaro-2022-foi-o-ano-mais-violento-para-as-mulheres-na-historia/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

²⁹FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.** Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 24 out 2024.

QUADRO 1- A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DE PREGAÇÕES RELIGIOSAS EM CANAIS DO *YOUTUBE*

| TÍTULOS/LINKS | CONTEÚDO/VISUALIZAÇÕES |
|---|---|
| <p align="center">“Se seu marido é bom, a senhora tem que dar pra ele”</p> <p align="center">https://youtu.be/fNavs4ZZ3qA?si=Ntb2DDEDEcGD0iA</p> | <p>Apóstolo Adelino de Carvalho faz sermão polêmico, ao dizer que a mulher diz estar com dor de cabeça para “não dar” para seu marido que faz de tudo por ela.</p> <p align="center">24 mil visualizações</p> |
| <p align="center">Mulher não mande no homem</p> <p align="center">https://youtube.com/shorts/nmyOPgebLUI?si=zxpQpDa7xsMeonN</p> | <p>Pastor Lindomar Nascimento, “eu não admito que uma mulher mande no homem, a chamada é minha. Eles têm que me respeitar”</p> <p align="center">1,9 mil visualizações</p> |
| <p align="center">Caiu na rede! Pastor machista</p> <p align="center">https://youtu.be/fIC0zwDbWYk?si=uAi14SjPOk17OOLy</p> | <p>Pastor Paulo JR, “se o homem não te procura pode ser pelo aumento de peso, o cheiro de cebola. Se arrume, seja dócil, isso influencia na relação sexual”.</p> <p align="center">348 visualizações</p> |
| <p align="center">O que as mulheres podem fazer na igreja</p> <p align="center">https://youtu.be/4aUpB8xkD-c?si=ckF2M2qxmPYNoPNR</p> | <p>“As mulheres não devem falar na igreja, em caráter de submissão e autoridade”</p> <p align="center">58 mil visualizações</p> |
| <p align="center">Polícia investiga pastor do Rio machista e racista</p> <p align="center">https://youtu.be/t0QkkeoFab8?si=hwJwEa-olzUGvA5X</p> | <p>Pastor no Rio de Janeiro fala que pastores e mulheres de outra instituição religiosa, são putas e prostitutas e seu pastor é um viado.</p> <p align="center">77 mil visualizações</p> |
| <p align="center">TÍTULO: PNR</p> | <p>“Exterminai o STF senhor. Pastor do Rio de Janeiro, Geração de Mártires</p> |
| <p align="center">Casamento é um desafio</p> <p align="center">https://youtu.be/PbgOTDmmQmE?si=ldfLMK67zArX-bmn</p> | <p>Pastora afirma que estava sendo uma praga pro marido porque não o servia como manda na Bíblia.</p> <p align="center">27 mil visualizações</p> |
| <p align="center">Durante culto, pastora diz que pode ser traída mas pelo menos tem marido</p> <p align="center">https://youtu.be/ALunowfDS8g?si=xBt9DRScrWMJRAnj</p> | <p>Pelo menos eu tenho marido, e cadê o seu? fofoqueira, vai tomar conta da sua vida.</p> <p align="center">125 mil visualizações</p> |

Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados de Silva (2024).

Esses são alguns exemplos mais extremos e chocantes que estão sendo disponibilizados nas redes, onde a cultura de massa consegue atingir grande número de pessoas a fim de transmitir conhecimento ou aliená-las. De acordo com Adorno e Horkheimer, a indústria cultural “[...] não introduz as massas nas áreas de que eram antes excluídas, mas serve, ao contrário, nas condições sociais existentes, justamente para a decadência da cultura e para o progresso da incoerência bárbara” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 132 citado por Rezende, 2020).

“Ao tratar da ampliação da fronteira da religião, apontou mudanças dos atores e da esfera religiosa contemporânea onde estão, entre outras, fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução da vida privada e a orientação da visão de mundo”

(Bourdieu, 1990, p. 121 citado por Rezende, 2020) A partir dessa fase histórica, que se inicia mais precisamente em 2019, uma movimentação político-religiosa vem criando uma frente ultra conservadora patriarcal, que abrange todas as fronteiras econômicas, erigindo a base da cultura de massa, uma nova sociedade retrógrada, submissa ao sistema capitalista e neofascista, “[...] na medida em que se observa a trajetória de eventos ligados a movimentos religiosos, é que se tem de atentar para uma configuração do religiosos que opera, segundo uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrição de práticas” (Burity, 2001, p. 28 citado por Rezende, 2020).

A seguir, apresentaremos aspectos machistas e patriarcais presentes na sociedade e as formas como estão sendo naturalizados pela população em massa, reacendendo o patriarcado ortodoxo e, junto com ele, discursos e práticas religiosas que endossam a violência contra as mulheres.

4.2 Aspectos do machismo e o patriarcado presentes nas redes que endossam a violência doméstica

A família moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são compostas exclusivamente por famílias individuais. Atualmente o modelo de homem provedor está novamente em ascensão, devem ser o suporte, o provedor da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é burguês e a mulher representa o proletário (Engels, 2017, p. 98).

Este trecho da obra *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, escrita por Friedrich Engels em 1884, apesar de antigo, se faz muito presente. Na verdade, nunca deixou de existir esse modelo de família patriarcal e tradicional, que serve de parâmetro para a sociedade desde os primórdios e tem sido retomado na contemporaneidade.

Como vimos no tópico anterior, há um retrocesso de valores culturais retomando, pouco a pouco, espaços que até pouco tempo vinham sendo preenchidos ou ocupados por mulheres. O empoderamento feminino, até então supervalorizado, volta a ser motivo de narrativas preconceituosas, julgadoras e de atos violentos. Muito disso ocorre por conta de posicionamentos de líderes ou representantes da sociedade. Logo, “a igualdade implica a tarefa de desconstruir e transformar esse modelo dominante de igualdade de gênero que se apresentava/apresenta como projeto de um sujeito universal” (Bonacchi, 1998).

Na atual conjuntura brasileira, percebemos grande disputa entre grupos políticos com narrativas que resvalam em aspectos religiosos e cristãos. É gritante a necessidade de repensar

tais aspectos, visto que alguns discursos acabam por violar direitos se utilizando da religião de forma agressiva e violenta, como se fossem ações políticas. Ações que permitem refletir sobre como muitas religiões são capazes de produzir violência em nome da paz e da ordem:

A grande resistência às mudanças nas questões relacionadas ao aborto e a homossexualidade é confirmada, com estudos que indicam um “**ativismo conservador**” na sociedade civil e uma forte reação dos parlamentares cristãos no Congresso Nacional às demandas dos movimentos feministas e LGBT. A maioria dos evangélicos atua na Frente Parlamentar Evangélica e na Frente em Defesa da Vida e tenta barrar qualquer iniciativa dos movimentos sociais que possibilite o desenvolvimento de uma moral sexual laica ou descolada da moral cristã (Machado, 2012).

Diante desse fato de negação de direitos por conta de valores morais cristãos, podemos citar o caso da menina de 11 anos que engravidou devido a um estupro e teve seu direito da prática do aborto negado, sendo esta uma prática permitida pela legislação brasileira em caso de estupro ou má formação do feto³⁰. Este fato politizou o discurso religioso, “o qual nunca foi uma marca apenas deste período em questão, a exemplo da romantização do catolicismo, as repúblicas latino-americanas, a teologia da libertação, entre outros” (Burity, 2016).

A partir de 1964, diante de toda instabilidade política instaurada no Brasil, os movimentos sociais tomaram força. Além dos grupos trabalhistas, sindicais e estudantis, os movimentos feministas ganharam destaque com retóricas de liberdade sexual e igualdade, concomitante à criação da pílula anticoncepcional e à luta pela legalização do aborto. Esse momento de frente à política vigente torna-se fundamental no surgimento de novos questionamentos trazidos pelos movimentos sociais sobre temas não discutidos pelo Estado, fazendo com que haja a necessidade de novos atores e grupos políticos, sendo um deles o religioso.

Entretanto, a partir dos anos 1990, observa-se uma movimentação que traz “[...] para o primeiro plano o discurso político pentecostal” (Burity, 2016, p. 27). O alvorecer do discurso político pentecostal é definido como uma expressão de *religião pública* na qual as práticas religiosas não se conteriam na fronteira do privado, projetando-se pelo espaço público como discurso de valores, cultura e ação coletiva (Burity, 2016).

As características que fizeram o perfil pentecostal pós-1980 tornar-se uma religião pública são a demanda por participação nas instituições representativas, a *publicização*

³⁰MAYER, S.; BORGES, C.; BATÍSTELA, C. **O que se sabe sobre caso da menina de 11 anos impedida de fazer aborto em SC após estupro**. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/o-que-se-sabe-sobre-caso-da-menina-de-11-anos-impedida-de-fazer-aborto-em-sc-apos-estupro.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

alcançada para além da política, tocando também a cultura de massas (jornais, gravadoras, TV, rádio, etc.). Assim, a religião passou a tratar detidamente da política profissionalizando sua atuação, sobretudo com “[...] a utilização deliberada de sua própria *linguagem teológica* como registro legítimo de argumentação política” (Burity, 2016, p. 37-38 citado por Bento, 2021).

Desse modo, textos bíblicos, discursos e pregações têm integrado a cultura de massa homogeneizante, que cada vez mais suplanta os direitos de liberdade e igualdade das mulheres outrora já conquistados — **ainda que tenham se tornado leis, o Estado na prática não é laico**. Os discursos religiosos de grupos “evangélicos” têm ecoado na sociedade de forma opressora e com grandes impactos nas relações sociais³¹. Por acharem que são o povo escolhido, acreditam trazer consigo a verdade e por isso serem o povo eleito de Deus, disseminando uma política “[...] supremacista, hierárquica e violenta” (Rodrigues; Gouvêa, 2020, p. 45).

“Em nome de Deus, percebe-se a legitimação de violências para com grupos considerados um problema para a fé cristã mais uma vez na história do Brasil” (Bento, 2021). A luta das mulheres por liberdade e igualdade passa a ser penalizada, criticada e vista com maus olhos perante a sociedade totalmente alienada, não só por grupos políticos religiosos, mas também por uma massa popular que passa a seguir esses preceitos, munidos não só de uma vontade de serem aceitos pela classe dominante, mas também pela sua congregação religiosa e, assim, dotados de completa falta de consciência de classe. Inclusive mulheres!³²

Prova disso são os altos índices de violência contra a mulher registrados nos últimos anos, a quantidade de agressões físicas e psicológicas a que elas estão submetidas, embora esse não seja o único aspecto propagador da violência, consideramos como um indicador em potencial. A pressão, por parte da sociedade, por um padrão de comportamento, vestimenta, modos de falar e agir exigidos para que uma mulher seja bem-vista e aceita em sua comunidade. Como no jargão que se refere à esposa de Bolsonaro, “bela, recatada e do lar”; que virou “meme”³³ e de certa forma levou muitas mulheres a quererem copiar o “estilo evangélico” de ser da então ex-primeira-dama.

³¹No Brasil, esse termo tem sido usado de modo generalista para indicar uma pessoa ou grupo de pessoas que declara(m) ser cristã(os) e seguir(em) a Bíblia, desde a literatura do AT até as referências do NT, que contam a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo, assim como as origens do movimento cristão originou as igrejas institucionalizadas católicas. Os evangélicos, embora cristãos, não são católicos, mas derivam de Protestantes (do século 16) Pentecostais (dos séculos 19 e 20), alguns dos quais se caracterizam por interpretar literalmente os textos bíblicos, baseados nas doutrinas da inerrância e da infalibilidade bíblica (Rodrigues; Gouvêa, 2020 p. 38).

³² Antigo Testamento e Novo Testamento

³³ Meme é uma expressão que se refere a uma ideia, imagem, vídeo, frase, música, entre outros, que se espalha rapidamente e se torna popular na internet.

Portanto, não é difícil encontrar exemplos de mulheres que eram consideradas símbolos da liberdade sexual e atualmente adotam o estilo conservador. Como é o caso da ex- modelo Joana Prado, que na década de 1990 ficou conhecida pelo seu personagem “A feiticeira” e hoje tem um discurso completamente conservador. Em entrevista ao apresentador Danilo Gentili, ela fala: *No meu casamento, eu tenho que ter a função de adjuntora, não tem lugar melhor de ser a segunda opção de uma pessoa, quando Deus é o primeiro na minha vida*³⁴.

Na plataforma *TikTok*, jovens meninas e mulheres reproduzem ideias e comportamentos conservadores, criticando o feminismo e até mesmo exaltando o machismo, como o vídeo “Votar é um privilégio para as mulheres?”. Em que uma influencer fala que as mulheres conquistaram o privilégio ao voto, graças aos homens que permitiram e não por causa de um bando de feministas históricas³⁵. Em um outro vídeo, a influencer Paula Teonti explica o motivo de tantas meninas estarem se tornando conservadoras, atribuindo a exacerbada exposição do corpo das mulheres na *internet* e aos julgamentos que sofrem pelos próprios homens, que consomem e curtem esses conteúdos, criando traumas nas mulheres, fazendo com que se sintam rejeitadas. Dessa forma, elas passam a modificar seu comportamento para serem aceitas por eles e pela sociedade, que também é julgadora como um todo³⁶.

Não há como dissociar todos esses elementos políticos, culturais e comportamentais que foram surgindo dialeticamente ao longo do tempo. Os movimentos feministas, os grupos religiosos e o advento da *internet* modificaram a mentalidade dos indivíduos, a sociedade como um todo, e isso também se reflete na violência contra as mulheres, visto que houve um retrocesso cultural e ideológico na questão de gênero, bem acentuado no período bolsonarista, como comprovam os dados a seguir.

Em 2022, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública informou “[...] que os casos de estupro e feminicídios aumentaram em 6,1%, totalizando 1.413 mortes e as tentativas aumentaram 16,9%, em comparação a 2021. Sete a cada dez mulheres são assassinadas dentro de casa pelos seus próprios parceiros (PT, 2023).³⁷ Dentre as principais causas que podem ter levado a esse aumento, o relatório afirma que, além do desfinanciamento das políticas de proteção a mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro e os impactos da Pandemia do Covid

³⁴THE NOITE. **As prioridades da Joana Prado...** Youtube, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/shorts/Ka8x0smuPK8>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

³⁵Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMh77mkcw/>

³⁶ Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMh7WEtkC/>

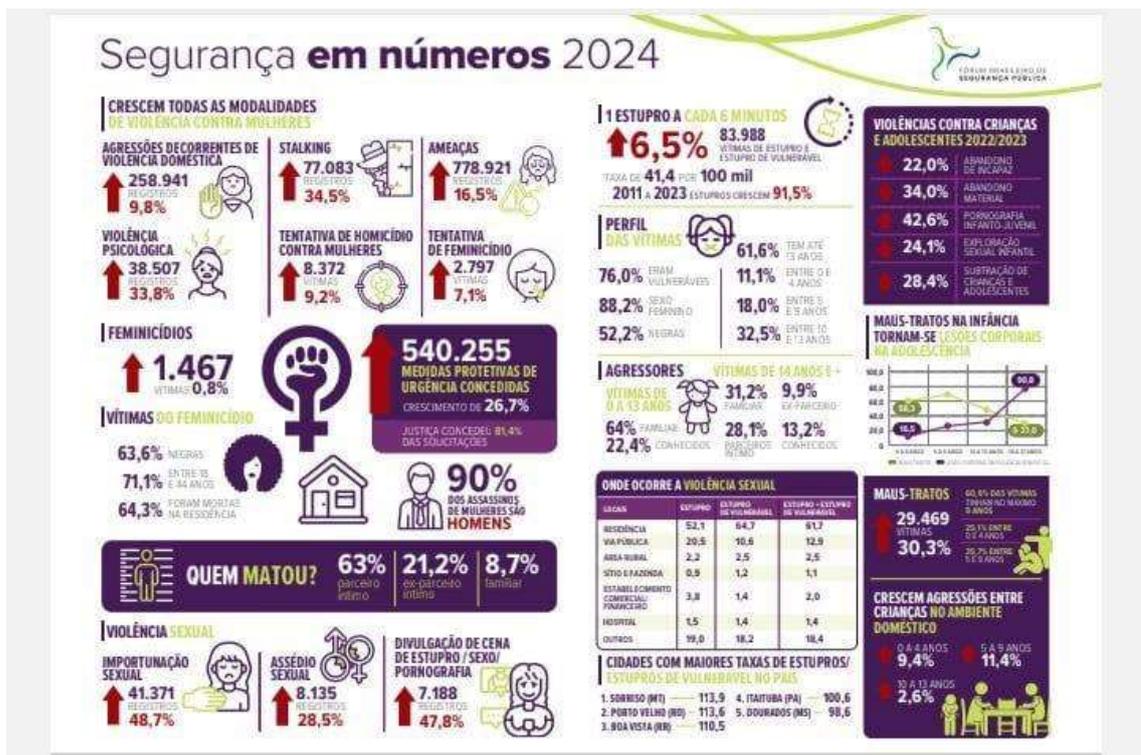
³⁷PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Herança de Bolsonaro: 2022 foi o ano mais violento para as mulheres na história.** PT 13, 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/heranca-de-bolsonaro-2022-foi-o-ano-mais-violento-para-as-mulheres-na-historia/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

19, que precisou manter as pessoas dentro de casa e os horários restritos desses órgãos de proteção. “Há um cenário de crescimento dos crimes de ódio e da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um”. Nesse sentido,

Os atos de violência cometidos pelos homens são uma forma de restabelecer a superioridade masculina sobre as mulheres e, de certa forma, devolvê-las a um lugar do qual não deveriam ter saído, aponta o relatório (Elas por elas, 2023).

Trazendo os dados para o ano de 2024, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que os índices de violência contra a mulher e/ou vulneráveis só aumentou. Vejam na Figura 1 a seguir.

FIGURA 1 – Segurança em números (2024)

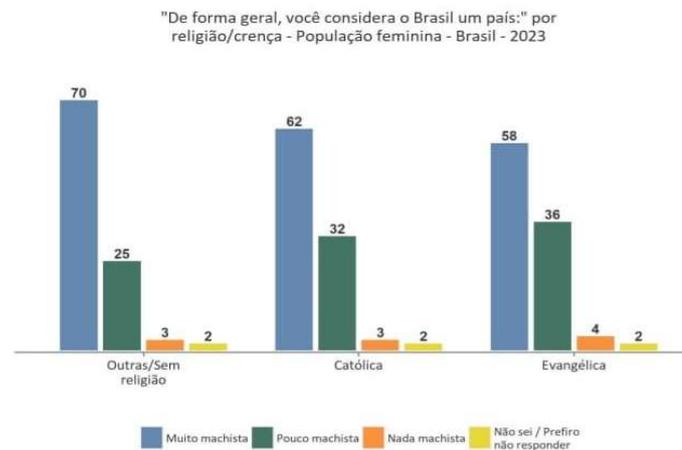
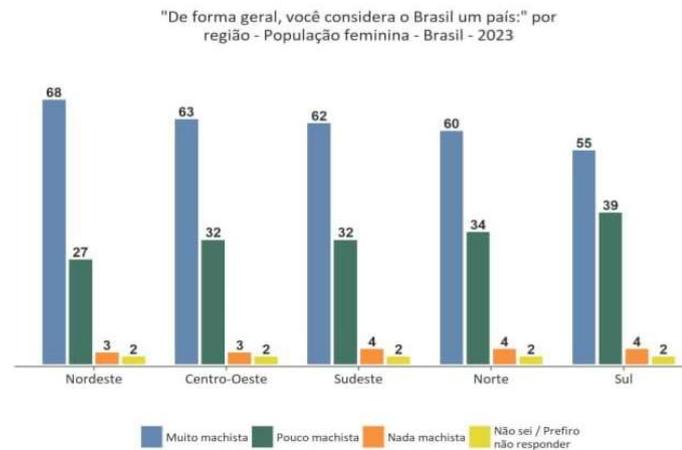


Fonte: reproduzido do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

Os números apontam aumento no índice da violência de gênero em todos os aspectos, desde crianças a mulheres adultas, onde 90% dos autores são homens e as violências acontecem majoritariamente dentro de casa (52,1%). Ou seja, a violência doméstica contra as mulheres cresce proporcionalmente ao aumento das retóricas ultraconservadoras de grupos religiosos de grande influência na política e na mídia, o que reverbera na naturalização dessas práticas a partir da manipulação e alienação da sociedade. Para tanto, podemos observar Pesquisa Nacional de

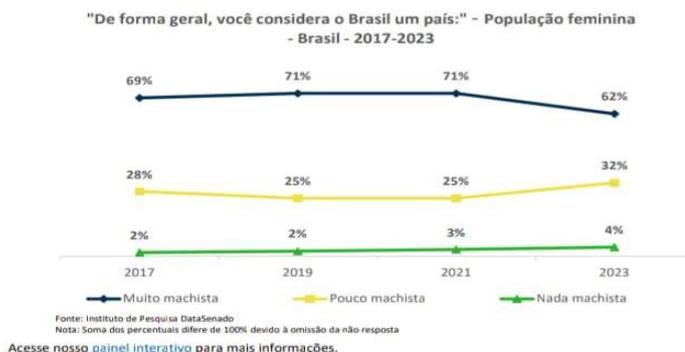
Violência contra a Mulher, feita pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (Secretaria da Transparência) em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, onde foram feitas perguntas sobre a visão das mulheres acerca da desigualdade de gênero. Eles avaliaram de acordo com a região em que moram e as suas religiões ou crenças. Os resultados foram os seguintes:

FIGURAS 2 e 3 – A Percepção da violência de acordo com a região e religião/crença



1. A visão das mulheres sobre desigualdade de gênero

Pesquisa nacional realizada em 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado mostra queda na percepção feminina de que o Brasil é um país muito machista.

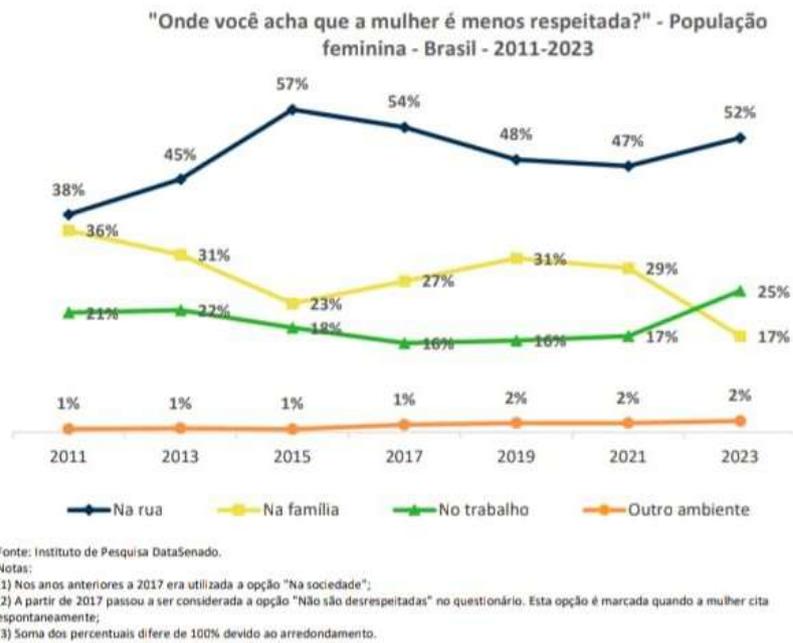


Interessante notar que essa percepção varia de acordo com a região do país e com a religião. Mais mulheres da Região Nordeste percebem o país como muito machista. Da mesma forma, mais mulheres que possuem outra religião ou crença (que não a católica ou evangélica) e/ou que não possuem religião percebem o país como muito machista em relação a mulheres católicas e evangélicas.

Fonte: reproduzido do Instituto de Pesquisa DataSenado (2023).

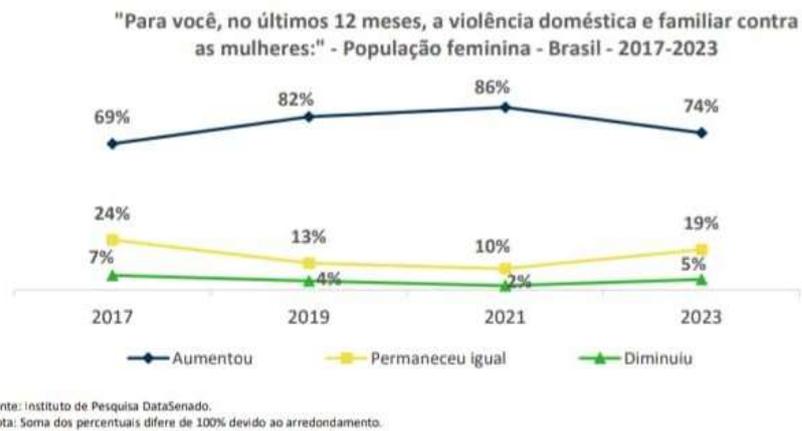
A pesquisa revela que a percepção das mulheres varia de acordo com a região do país. As mulheres da Região Nordeste e as que possuem outra ou nenhuma religião que não seja a católica ou a evangélica, têm uma maior percepção de que o Brasil é um país muito machista. No gráfico a seguir, veremos como caiu o conceito de violência no lar, enquanto os índices do Fórum Brasileiro de Segurança Pública desse ano (2024) apontam o crescimento anual de todas as formas de violência, sendo a maior ocorrência nas residências. Portanto, deixa claro a naturalização ou a negação desses abusos e a alienação que a nova sociedade neoliberal vem sofrendo diante dessa política de extrema direita ultraconservadora que tem se instalado no Brasil e no mundo.

FIGURA 4 – Onde a mulher é mais desrespeitada (Índice de Violência Familiar)



Acesse nosso [painel interativo](#) para mais informações.

Essa variação é compatível com a queda na percepção sobre o aumento da violência doméstica nos últimos 12 meses. Enquanto, em 2021, 86% das brasileiras percebiam um aumento da violência no último ano, em 2023 esse índice cai para 74%.



Acesse nosso [painel interativo](#) para mais informações.

Fonte: Reproduzido da Secretaria da Transparência, DataSenado (2023).

Em resultado, temos o maior índice de desrespeito contra a mulher na rua e no trabalho, entre 2015 e 2021 demonstra uma queda, porém, a partir deste ano, têm um considerável aumento de quase 10%. Sobre os Índices na Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, é notório a percepção do aumento a partir de 2018 ao mesmo tempo que, proporcionalmente, diminui para outras mulheres. Coincidência ou não, os períodos em que esses dados foram

coletados é concomitante ao período de avanço das ideias conservadoras da extrema direita de Jair Bolsonaro.

A palavra *alienação* vem do latim *alienatione*, que significa, no campo das Ciências Sociais, um conceito que designa indivíduos alheios a si próprios ou outrem, tornando-se submissos a atividades ou instituições humanas, devido a questões ideológicas, sociais ou econômicas. Pode significar, ainda, a depreciação da capacidade de indivíduos em agirem e pensarem de maneira pessoal.

Diante do exposto, com a ajuda da Indústria da Cultura de Massa (Adorno; Horkheimer, 2022), tem sido amplamente divulgado nas mídias e redes sociais um volume de conteúdos cada vez mais machistas contra as mulheres. Não somente o explícito, como já mostrado no tópico anterior, mas também os de cunho mais velado e cotidiano, sempre relacionados à religiosidade — como filmes cristãos, moda cristã (ou gospel), relacionamentos cristãos, além de músicas, vídeos explicativos feitos por homens sobre como uma mulher deve se comportar para conquistar um marido. Conforme quadro abaixo, apresentamos:

QUADRO 2 – Vídeos Cristãos: como uma mulher deve se comportar para conquistar um marido

| TEMA/FONTE/VISUALIZAÇÕES | CONTEÚDO |
|--|---|
| Sarah Sheeva fala sobre como uma mulher cristã deve se comportar https://youtu.be/pUh3oMo8wew?si=YZUZoqQXPx4dSxLy 81 mil visualizações | Sarah relata que seu pastor defende que, “a mulher cristã que apanha do marido tem que aguentar e esperar em Deus que ele mude”. Além disso, ela culpabiliza a mulher que não se ama e nem deve se casar, como se a violência sofrida fosse por culpa dela. |
| Verdade da mulher elegante https://youtube.com/shorts/a0zgNHajlM8?si=7zixV6YQq8Nd-qb2 87 mil visualizações | Dicas sobre mulheres elegantes. Cabelo arrumado, cores monocromáticas, sem exageros, acessórios. |
| Todo homem se atrai por isso https://www.youtube.com/shorts/XSJ8O0NATZM?t=43&feature=share 258 mil visualizações | @lucasscudeler, ele dá aulas de comportamento feminino. A mulher deve ser delicada, jeitos finos. “Os homens querem casar com donzelas” |
| Mulher que traz paz é tudo que o homem quer https://youtu.be/DePzAFHeFH8?si=h7l3HKRX_-nnFop0 8,1 mil visualizações | A mulher deve ser feminina e o relacionamento patriarcal senão o relacionamento não funciona. |

Fonte: elaborado pela autora, com dados de pesquisa de Silva (2024).

Alguns poucos exemplos de conteúdos que estão viralizando nas redes sociais digitais, às quais toda a população tem acesso, e que de certa forma estão fazendo uma mudança de níveis extremos na cultura brasileira, (des)identifica a formação sócio-histórica da origem e das

culturas que aqui estavam e tentam resistir, corroborando com a violência de gênero, a partir do momento que definem um padrão de comportamento para as mulheres. As que não se enquadram são excluídas, desvalorizadas, vítimas de todo tipo de preconceito pela comunidade, inclusive nas relações de trabalho, familiares e até acadêmicas.

Essas práticas conservadoras ortodoxas têm contribuído com o aumento da violência doméstica, passando a serem naturalizadas diante do fácil acesso desses conteúdos e da forma sutil e velada que são disponibilizados. Não obstante, o fato de se tratar de religião e a associação a Deus e às coisas divinas faz parecer que são materiais apropriados e quem não curte, não aceita Deus e, portanto, é inimigo.

Assim, engendra-se uma lógica de que “[...] todos os que não estão sob a fé em Deus estariam sob o comando do Diabo, portanto seriam os inimigos de Deus e de seu povo” (Rodrigues, 2019, p. 73 citado por Bento, 2021).

Segundo Antônio Gramsci, os fenômenos sociais não se articulavam como coisas e sim como sistemas de relações nos quais as identidades culturais iam se formando (Protásio, 2008). A indústria cultural é capaz de manter a exploração das classes dominadas, seja de maneira explícita ou implícita, através de efeitos de mensagens ocultas. À vista disso, o que realmente predomina são a produção e reprodução de espetáculos [...] através do material que observa, o observador é continuamente colocado, sem o saber, na situação de absorver ordens, indicações, proibições (Wolf, 1999, p. 91 citado por Rezende, 2020).

Apresentados os fatos, estes reafirmam a interrelação do tema da violência com a religião cristã e como esses discursos de ódio têm incidido diretamente nos grupos minoritários, causando ações violentas reforçados por vários meios midiáticos de disseminação de informações, e vários danos aos movimentos de mulheres e feministas, aos grupos LGBTQIAPN+ e até mesmo a todas as mulheres, que, independentemente da associação a grupos militantes, já sofrem todo tipo de abuso somente por serem mulheres. Destarte,

com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade, e a favor da assistência psicológica a homossexuais, como se a opção sexual fosse uma doença a ser tratada) aliado a princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), essas personagens têm captado apoios para além do círculo religioso. Na visão dessas lideranças, a família está sob a ameaça dos movimentos civis de gênero e enfrentamento da violência sexual, reforçados pela abertura a estas demandas no campo político, intensificada a partir de 2002 (Cunha, 2016, p. 153 citado por Bento, 2021).

Essa movimentação conservadora demonstra que o perfil da população brasileira muito se identifica para com tal aspecto, salientado pelo processo de midiaticização que a política e a

religião têm apresentado, levantando bandeiras de preconceito, de estereótipos, sexistas e patriarcais, mitigando direitos e conquistas já garantidos aos grupos oprimidos mais vulneráveis ao longo da história:

A lógica produtiva das mídias, baseadas na espetacularização, é assumida pela religião e pela política em intercâmbio. Este intercâmbio dá-se também no terreno da ideologia, marcada pelo conservadorismo religioso e midiático, ocorrendo o que Max Weber denominou “afinidades eletivas”. Segundo Weber, para a consolidação do capitalismo foi fundamental o intercâmbio deste com a cultura religiosa protestante puritana de matriz calvinista. Isto foi possível pelo fato de o protestantismo possuir afinidades eletivas(escolhas) com o capitalismo (Cunha, 2016, p. 157 citado por Bento, 2021).

Ainda de acordo com Cunha (2016), a atuação dos evangélicos desenvolve cultura de massas e se faz presente em vários âmbitos da vida dos indivíduos. Comportando-se como segmentos governistas, os evangélicos articulam-se para apoiar candidatos com reais chances de vencer as eleições, sendo parte importante no cenário político nacional atual (Gonçalves, 2010). Dessa forma, eles se mantêm na mídia, disseminando e perpetuando a cultura do ódio e da violência contra a mulheres, dissimuladamente institucionalizados pelos seus cargos políticos e pela religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação antagônica entre a Violência contra as mulheres no espaço doméstico e a influência das Religiões de matrizes Católica, Evangélica e Protestante na reprodução e perpetuação dessas violências. Visto o crescente aumento dos casos de feminicídio, mesmo após a Lei Maria da Penha, foi observado o aumento da violência doméstica anualmente, principalmente após o governo de Bolsonaro — que com suas falas machistas, misóginas e sexistas, se utilizando das mídias e redes sociais para disseminar a cultura do ódio através de discursos religiosos, juntamente com outros grupos fundamentalistas religiosos da tal bancada evangélica — promoveu um retrocesso de valores culturais e morais, trazendo sérios riscos à dignidade e à vida das mulheres.

O presente estudo almejou, por meio de rigorosa pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, através do método materialista histórico-dialético, investigar como Religião e Violência Doméstica estão interrelacionadas através do patriarcado. Investigando desde as origens desse sistema tão imbricado na religião e na sociedade como forma padrão de organização social e familiar, onde se faz presente e necessária a subjugação da mulher perante o homem.

Em relação aos principais resultados, destaca-se que o patriarcado, organização social caracterizada pelo poder e autoridade masculina presente nas primeiras famílias judaicas, permeou as relações sociais desde o início da civilização e foi absorvido e adotado pelos primeiros reis monárquicos, sequencialmente pelo Sistema Político Capitalista, como principal forma de exercer poder e oprimir os mais fracos. Também podemos destacar, além do patriarcado, aspectos do machismo presentes nas religiões por meio de textos bíblicos e afirmações de figuras históricas religiosas, que endossam e naturalizam a violência de gênero.

No tocante aos tipos de violência, podemos destacar as cinco tipificações qualificadas pela Lei Maria da Penha: a física, moral, sexual, psicológica e a patrimonial, apreendem-se que têm sido naturalizadas e também reproduzidas por meio de pregações religiosas presentes na Bíblia, nas redes sociais, em cultos e falas de personalidades públicas pertencentes a algum grupo religioso ou não, que se utilizam dos aparelhos midiáticos para manipulação ideológica. Por outro lado, no tocante aos índices da violência doméstica, a pesquisa demonstrou que, apesar de instituídas leis de proteção às mulheres, os casos têm aumentado consideravelmente, com destaque ao aviltamento no governo Bolsonaro. Concomitante aos fatos destacados acima

observou-se uma queda na percepção destas quanto ao machismo no Brasil e a violência de gênero sofrida nos dias atuais.

Os resultados aqui expostos levam a contribuições teóricas e práticas e, no que tange às contribuições à pesquisa e produção do conhecimento, o presente trabalho traz um tema pioneiro no Departamento de Serviço Social da UFS, visto que há vários estudos feitos sobre a Violência de Gênero e Doméstica, porém nenhum relacionando-a à Religião — o que trouxe o interesse ao estudo mais aprofundado, na medida do possível, acerca do problema, fazendo-se necessária a análise dos processos que envolvem o objeto na sua forma mais real possível, trazendo grandes contribuições de autores/as historicamente conceituados/as e publicamente consagrados/as no campo das Ciências Sociais.

Outrossim, referente às contribuições práticas, podemos citar a importância desses dados e informações para a realização de estudos de caso, por exemplo, baseados no perfil da mulher que sofre violência. Ademais, esses resultados são de grande relevância para se entender o contexto familiar ou social em que a mulher está inserida, corroborando na tomada de decisão, seja em casos singulares, à *priori*, e partindo para um estudo social na formulação de políticas públicas para o enfrentamento à violência, trazendo também uma contribuição para se pensar a formulação e execução das políticas sociais no campo do direito à proteção social de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Acerca das limitações presentes nesta pesquisa, ressalta-se a tímida produção de conhecimento com foco no objeto deste estudo não somente nas graduações dos cursos de serviço social, quanto nos programas de pós-graduação em serviço social, especialmente destacamos, o programa de mestrado em serviço social da UFS (PROSS/UFS) a respeito do assunto. Também verificamos as lacunas ou ausências de dados mais consistentes disponibilizados em documentos de órgãos de proteção às mulheres e sobre os perfis socioculturais das vítimas de violência doméstica e familiar. O tema da Religião, por ser tão polêmico, reduz substancialmente a produção de estudos e conteúdos a ele relacionados, fazendo-se necessária uma busca minuciosa por obras literárias, artigos e pesquisas — além do cuidado exacerbado na forma de expressar as informações necessárias que se deseja expor. Exige muito cuidado nas leituras e interpretação dos fatos, além do respeito às crenças e à legislação brasileira.

Por fim, sugere-se a realização de mais pesquisas acerca desse tema, sobre as variáveis Religião e Violência de Gênero, pois a sociedade precisa entender as manobras desses grupos políticos fundamentalistas religiosos e a finalidade de toda essa manipulação. A introdução da

pergunta sobre a religião que a vítima é adepta nos questionários de instituições como a Deam, IBGE, FBSP e outros órgãos de proteção.

A alienação de jovens e mulheres por um grupo hegemônico, para que retornemos a uma sociedade extremamente conservadora e patriarcal através da cultura de massa, está fortalecendo o *neofascismo* já predominante em outros países e ameaça à democracia brasileira, visto que tendenciamos ao caminho da *barbárie*, num movimento rápido da extrema direita ultraconservadora reacionária religiosa. A criação das leis representa conquistas grandiosas de importantes marcos legais e, portanto, faz-se necessária materializá-las, porém, enquanto houver essa sociabilidade capitalista estruturada no patriarcado, homogeneizante das relações sociais e papéis sociais que reproduzem as desigualdades entre homens e de mulheres, a sociedade continuará alienada a um projeto societário massificador normativo.

A desigualdade de gênero e o machismo estrutural, características presentes nas religiões cristãs, ultra naturaliza um modelo que aniquila, que oprime, que subjuga as mulheres, defendendo e reforçando a cultura familiar patriarcal, os modelos normativos de mulheres e de homens, reforçando a cultura da intolerância e da misoginia.

Futuras investigações podem ampliar a compreensão desse tema tão intrigante, visto a dicotomia existente entre o refúgio da religião perante o sofrimento e a subjugação e aceitação das situações opressoras existentes. A tirania da massificação homogeneizante produz coerção e as futuras gerações de mulheres estão fadadas à opressão, à subjugação e a subtração de direitos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS*. Ano. 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

AGÊNCIA SENADO. DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. **Agenda Senado**, 21 nov. 2023, 13h29. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>

AQUINO, São Tomás de. **Summa Theologica**, Ia q. 92, art. 1; Ia q. 177, art. 2; Ia, q. 93, art. 4. [S.l.:s.e.].

BOITO, Armando Jr. O caminho Brasileiro para o Fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578/24872>

BORGES, José Carlos. LAPOLLI, Édis Mafra. AMARAL, Melissa Ribeiro do. A mulher e suas concepções históricas. **Núcleo do Conhecimento**, ano 5, v. 9, n. 6, p. 5-21, jun. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/concepcoes-historicas>.

BRASIL. Ministério da Transparência. **Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher**. [S.l.], nov. 2023.

BUSS, G.; JULIÃO, F. **Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso**. Pder 360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>

CHAGAS, I. **Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres**. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ENGELS, Friederich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 4. ed. São Paulo: Lafonte, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. [S.l.]: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

FERNANDES, Wander. Linha do tempo – Direitos das Mulheres na legislação brasileira. **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linha-do-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 09 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FRANCO, Gabriel. 5 maiores religiões do mundo. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/religiao/as-cinco-maiores-religioes.htm>. Acesso em: 29 nov. 2024.

FREIRE, M. S.; SOBRINHO, V. P.; CONCEIÇÃO, G. H. DE. **A FIGURA FEMININA NO CONTEXTO DA INQUISIÇÃO**. Unioeste, Cascavel, v. 1, n. 1, 2006, p. 53-58. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1003/855>.

GOVERNO DO BRASIL. “**Agosto Lilás**” **contra a violência doméstica**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, GOV.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/not%C3%ADcias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 09 out. 2024.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HELENA, T. **Violência contra a mulher persiste e cresce em todas as modalidades, indica Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Educação e Território, 2024. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/violencia-contra-a-mulher-persiste-e-cresce-em-todas-as-modalidades-indica-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>.

INFOGRÁFICOS **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Lei Maria da Penha. Fevereiro de 2018

LÖWI, Michel. Marx e Engels como sociólogos da Religião. **Lua Nova**, n. 43, p. 157-222, 1998.

MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, A Família. **Problemas**, n. 2, set. 1947.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, [s.d.].

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 4. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

MAYER, S.; BORGES, C.; BATÍSTELA, C. **O que se sabe sobre caso da menina de 11 anos impedida de fazer aborto em SC após estupro**. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/o-que-se-sabe-sobre-caso-da-menina-de-11-anos-impedida-de-fazer-aborto-em-sc-apos-estupro.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINAYO, M. Cecília (org.). **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, [s.d.].

MONTORO, Ana Carolina. Violência doméstica contra a mulher cresce 9,8% no Brasil, aponta Anuário de Segurança Pública. **Exame**, 18 jul. 2024, 10h03. Disponível em: <https://exame.com/brasil/%e2%81%a0violencia-domestica-contra-a-mulher-cresce-98-no-brasil-aponta-anuario-de-seguranca-publica>. Acesso em: 4. abr. 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Editora Expressão Popular, 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Herança de Bolsonaro: 2022 foi o ano mais violento para as mulheres na história**. PT 13, 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/heranca-de-bolsonaro-2022-foi-o-ano-mais-violento-para-as-mulheres-na-historia/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Por que as Taxas Brasileiras são Alarmantes? Maiores taxas em Estados e Municípios. **Dossiê Femicídio**, [S.e.s.d.]. Disponível em: [https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#:~:text=Brasil%20%C3%A9%20o%205%C2%BA%20no%20ranking%20de%20homic%C3%ADdios%20de%20mulheres,-Todos%20os%20dias&text=Sob%20diversas%20formas%20e%20intensidades,a%20sua%20express%C3%A3o%20mais%20grave](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#:~:text=Brasil%20%C3%A9%20o%205%C2%BA%20no%20ranking%20de%20homic%C3%ADdios%20de%20mulheres,-Todos%20os%20dias&text=Sob%20diversas%20formas%20e%20intensidades,a%20sua%20express%C3%A3o%20mais%20grave.). Acesso em: 4 abr. 2024.

PREFEITURA DE SUZANO. **A história do feminismo no Brasil**. 1 vídeo (1h). Suzano: Canal TV Prefeitura de Suzano, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xLbEORK5m_A.

REDAÇÃO BRASIL DE FATO. **Violência Contra a Mulher cresce 22% em 2023; números podem ser subnotificados**. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 mar. 2024, 18h39. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/07/violencia-contr-a-mulher-cresce-22-em-2023-numeros-podem-ser-subnotificados>. Acesso em: 4 abr. 2024.

REZENDE, Natália Aparecida. **A indústria cultural na sociedade capitalista: coisificação e Alienação da Massa**. **Integrada**, São Paulo, v. 4, ed. 4, out. 2020.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Paulo Roberto Felix dos. **A cidadania negada: traços de uma trajetória inconclusa dos trabalhadores policiais militares no Brasil**. Curitiba: Prismas, 2017.

SGUAZZABIA, Laura. **O patriarcado do Ponto de Vista Marxista**. **Liga Internacional Dos Trabalhadores (LIT-QI)**, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://litci.org/pt/2021/02/08/63002-2>.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19**. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 213-232, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RWf4PKDthNRvWg89y947zgw/>.

TAVARES, Márcia Santana; ALVES, Amanda. **A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar!** **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 94, p. 41-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>.

THE NOITE. **As prioridades da Joana Prado...** Youtube, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/shorts/Ka8x0smuPK8>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TONET, Ivo. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TV PREFEITURA DE SUZANO. **Aula 1: A História do Feminismo no Brasil e no Mundo**. Youtube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xLbEORK5m_A. Acesso em: 10 mar. 2025.

VELASCO, Grandim (*et al.*). Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada seis horas. **G1**, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. A Alienação pt.wikipedia.org/wiki/Alienação GIL, Antônio Marcos. Métodos e Técnicas de Pesquisa social, 2ª edição. Editora Paulo, 1989.